

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Estudo de Impacte Ambiental

"Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras – Rio Ferreira"

IA - INSTITUTO DO AMBIENTE

Janeiro / 2006

EQUIPA DE TRABALHO

Elaboração:

Clara Sintrão

Secretariado

Paulo Santos

Odete Cotovio

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA
3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA
4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO
5. ANÁLISE DOS PARECERES RECEBIDOS
6. SÍNTESE DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

ANEXO I – Lista de entidades convidadas a participar na consulta pública
ANEXO II– Pareceres recebidos

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA
"Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras – Rio Ferreira"

1. Introdução

Em cumprimento do preceituado no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, procedeu-se à Consulta Pública do estudo de Impacte Ambiental do projecto "Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras – Rio Ferreira".

2. Período de Consulta Pública

Considerando que o projecto se integra no anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, a Consulta Pública, nos termos do seu artigo 4.º, n.º 2, decorreu durante 25 dias úteis, de 9 de Novembro a 15 de Dezembro de 2005.

3. Documentos Publicitados e Locais de Consulta

O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado no Instituto do Ambiente, na Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) Norte e na Câmara Municipal de Valongo.

O Resumo Não Técnico esteve também disponível para consulta na Junta de Freguesia do Campo.

4. Modalidades de Publicitação

A divulgação desta consulta foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR Norte, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia referidas;
- Publicação de anúncio, envio de RNT e de nota de imprensa no Jornal de Notícias.

Envio de nota de imprensa e RNT para os órgãos de comunicação social constantes no anexo I:

Envio de ofício circular e RNT às entidades constantes no Anexo I.

Disponibilização, no site do Instituto do Ambiente, em www.iambiente.pt, do resumo não técnico e de informação genérica acerca do processo de Consulta Pública.

5. Análise dos Pareceres Recebidos

Durante o período de consulta pública foram recebidos nove pareceres com a seguinte proveniência, IGP – Instituto Geográfico Português, IPPAR- Instituto Português do Património Arquitectónico, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto – Departamento de Botânica Câmara Municipal de Valongo, Junta e Assembleia de Freguesia de Campo, CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Futuro sustentável – Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto, Alto Relevo – Clube de Montanhismo e Teresa Andresen, Professora Associada da FCUP.

O **IGP – Instituto Geográfico Português** informa que o projecto não interfere com as actividades por si desenvolvidas , pelo que não se opõe ao projecto.

O **IPPAR –Instituto Português do Património Arquitectónico** informa que na área abrangida pelo Estudo de Impacte Ambiental não existe qualquer imóvel classificado ou em vias de classificação, pelo que não se opõe ao projecto.

A **Câmara Municipal de Valongo** tem uma posição desfavorável ao projecto. Considera que o projecto afecta a *Rede Natura 2000*, nomeadamente o *Sítio* de importância comunitária *Valongo*, contraria o disposto na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e menospreza a importância do Parque Paleozóico de Valongo. Refere, ainda, que o caudal ecológico será manifestamente insuficiente para garantir as condições ecológicas do Rio Ferreira. Por outro lado, entende que o projecto viola o PDM de Valongo que define a área como protecção ambiental, pelo que qualquer intervenção deve ter como principal finalidade a protecção e salvaguarda da diversidade paisagística, os valores naturais e culturais existentes, tendo em vista a sua valorização ambiental. Além disso, o carácter e o âmbito da intervenção não se enquadram nos pressupostos definidos para um Parque Natural que a Câmara visa implementar no local. Não se tratando, assim, de uma intervenção que tenha como objectivo a salvaguarda do património natural existente mas, tão somente, fins

meramente económicos, sem quaisquer benefícios para a diversidade biológica do local ou suas populações, a mesma não será aconselhável.

O parecer da Câmara Municipal é consubstanciado pelos pareceres técnicos a seguir identificados dos quais se referem os aspectos mais relevantes.

A **Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto** considera que o empreendimento, cujo objecto é a obtenção de receitas através da produção e venda de energia, não parece ser enquadrável no conceito de interesse público, dado que não se destina a prestar qualquer tipo de serviço fundamental às populações, nem a sua eventual construção trará qualquer benefício acrescido a essas populações. Trata-se de uma área com elevado grau de protecção ambiental e a implantação de uma infra-estrutura desta natureza trará impactes negativos significativos a nível dos recursos hídricos e das espécies alvo de regime especial de protecção. O caudal ecológico ficará reduzido a um caudal de 5% do seu caudal médio anual o que para além, de significar uma alteração radical no regime hidrológico do rio, terá impactes muito relevantes ao nível dos ecossistemas aí existentes. Assim, não existindo quaisquer razões imperativas de interesse público que justifiquem a construção do aproveitamento mini-hídrico, dever-se-á optar pela reprovação do projecto, já que a sua eventual concretização terá, certamente, impactes muito negativos sobre habitats prioritários localizados no seu interior.

O **Departamento de Botânica da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto** é de opinião que o projecto não se deve realizar. Entende que a intervenção proposta não é compatível com os objectivos de conservação da natureza subjacentes à classificação da área como *Sítio da Rede Natura 2000*, sendo que a obra terá um impacto permanente, directo, altamente provável e com elevada magnitude sobre o património botânico do vale do rio Ferreira, não se perspectivando medidas que possam minimizar os impactes negativos.

O **Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos** começa, na sua exposição, por referir que o projecto prevê a sua localização no Sítio NATURA PTCON00024 – Valongo onde ocorrem habitats naturais incluídos no anexo I da Directiva Habitats (Grutas, minas e fojos), bem como a ocorrência de espécies que constam no anexo II daquela Directiva. Entre estas dá particular destaque à presença de um importante núcleo populacional de *Chioglossa lusitanica*. Trata-se de uma espécie endémica do Noroeste da Península Ibérica com elevado interesse científico e com estreitas exigências ecológicas, muito vulnerável a qualquer alteração do seu habitats. Na área de implantação do projecto esta espécie encontra-se principalmente nas margens do rio Simão e Ferreira e seus afluentes. As envolventes aos locais previstos para a construção do açude, circuito hidráulico

e, especialmente, as áreas envolventes à Central e Estaleiro, constituem locais de ocorrência da espécie, podendo ser irremediavelmente afectados durante a fase de construção, poderão alterar de forma negativa o habitat dinâmica populacional desta espécie.

Por último refere, também, que a implantação do projecto colide com um projecto que tem vindo a ser desenvolvido pela autarquia em parceria com a Universidade do Porto e com financiamentos da União Europeia, que tem por objectivo a conservação e recuperação dos habitats mais importantes, especialmente para *Chioglossa lusitanica*, bem como actividades regulares de educação ambiental com as escolas do concelho e áreas adjacentes.

O Futuro sustentável – Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto considera que o projecto irá provocar impactes significativos na flora, fauna, recursos hídricos e paisagem. Na sua perspectiva a implantação do projecto irá afectar gravemente, se não comprometer irreversivelmente, as iniciativas de requalificação desta área e o seu aproveitamento para criação de um espaço regional de conservação da natureza e educação ambiental. Em termos gerais, a artificialização do troço do Rio Ferreira, com a construção de infra-estruturas, alterações nos caudais e degradação da vegetação ripícola, irá comprometer o valor natural da área e o seu aproveitamento para as referidas funções de conservação da natureza, lazer e educação ambiental.

A Junta e Assembleia de Freguesia de Campo manifestam, no seu parecer, uma posição desfavorável ao projecto. Por um lado, a área de implantação insere-se em *sítio da Rede Natura 2000*, património natural a preservar. Por outro, o caudal do rio Ferreira a jusante do açude ficará tão reduzido o que comprometerá a preservação das espécies existentes e a irrigação de terrenos agrícolas das suas margens, afectando a subsistência de algumas população dependente da agricultura. Refere, ainda, a afectação dos moinhos de milho e actividades piscatórias.

A Alto Relievo – Clube de Montanhismo tem uma posição desfavorável ao projecto pelos impactes negativos que irá induzir, sem que daí advenham quaisquer benefícios directos para a população. Além de se tratar de um *Sítio da Rede Natura 2000*, onde ocorrem, entre outras, quatro espécies protegidas, afectará o já reduzido curso de água e, também, um percurso pedestre definido e utilizado por várias associações no local. Haverá lugar ao abate de árvores como sobreiros e carvalhos e perturbação na paisagem pela construção do paredão, edifícios para a instalação de turbinas e outros equipamentos industriais. Refere, ainda, a afectação dos moinhos de moagem de milho e de vestígios romanos na margem esquerda do Rio Ferreira. Adverte, ainda, da impossibilidade da prática de desportos como a canoagem e o rafting.

Teresa Andresen, Professora Associada da FCUP tem uma posição desfavorável ao projecto e crítica o EIA que, em sua opinião, deveria também dar ênfase ao facto de que o local de implantação do projecto, para além de ser sítio da Rede Natura 2000 é, ainda, parte integrante de um projecto de criação de um Parque Metropolitano. Refere que as infra-estruturas do projecto, dado o valor patrimonial do sítio, construído e natural deveriam apresentar cenários de integração do património e considera que a componente paisagem não está devidamente tratada, criticando, ainda, o facto de esta não ser abordada segundo uma dimensão sistémica.

Todos os pareceres recebidos encontram-se em anexo ao presente relatório, para os quais se remete para uma análise detalhada.

6. Síntese dos pareceres recebidos

A análise dos pareceres recebidos traduz uma posição claramente desfavorável à implantação do projecto.

Efectivamente, à excepção do IGP – Instituto Geográfico Português que informa que o projecto não interfere com as actividades por si desenvolvidas, pelo que não se opõe ao projecto e do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico que informa que na área abrangida pelo Estudo de Impacte Ambiental não existe qualquer imóvel classificado ou em vias de classificação, pelo que, também, não se opõe ao projecto, todos os restantes consideram que a implantação do projecto, cuja proposta de localização se insere em sítio da *Rede Natura 2000* “Valongo” (PTCON0024), não é compatível com os objectivos de conservação da natureza subjacentes àquela classificação.

Em sua opinião, o projecto terá um impacto permanente, directo e de elevada magnitude sobre o património, não se perspectivando medidas que possam minimizar, de alguma forma, os impactes negativos inerentes. A nível do património natural aludem para o facto de que na área em avaliação ocorrem habitats naturais (confirmada a presença de 7 habitats naturais) incluídos no anexo I da Directiva Habitats, bem como a ocorrência de espécies que constam no anexo II daquela Directiva. Entre estas é dado particular destaque à presença de um importante núcleo populacional de *Chioglossa Lusitanica*. Trata-se de uma espécie endémica do Noroeste da Península Ibérica, com elevado interesse científico e estreitas exigências ecológicas, muito vulnerável a qualquer alteração do seu habitats. Esta espécie encontra-se, principalmente, nas margens dos rios Simão e Ferreira e seus afluentes, pelo que as envolventes aos locais previstos para a construção do açude, circuito hidráulico e,

especialmente, Central e Estaleiro, constituirão áreas cuja intervenção poderá alterar, de forma negativa, o habitat e dinâmica populacional desta espécie.

Outra espécie referenciada, que poderá ser negativamente afectada é população de Narcisos - *Narcissus cyclamineus*, também ela objecto de protecção especial pela directiva Habitats.

Para além destes aspectos, nesta área têm vindo a ser desenvolvidos, nos últimos anos, numa parceria da Câmara Municipal com Departamentos de investigação da Universidade do Porto, um conjunto de iniciativas, acções e actividades de promoção, sensibilização e educação ambiental que visam a sua protecção e reabilitação. Dos trabalhos de conservação desenvolvidos para a área, é dado particular destaque aos trabalhos realizados no âmbito do projectos "Conservação de quatro espécies raras no Sítio Natura 2000 - Valongo (LIFE98/NAT/P/5234) e "Parque Paleozóico de Valongo", (LIFE95/P/A17/295/NOR), que ficarão claramente comprometidos caso haja lugar à execução do projecto.

O projecto induzirá uma diminuição do caudal do rio Ferreira, a jusante do açude que comprometerá, também, a preservação das espécies existentes e a irrigação de terrenos agrícolas das suas margens afectando a subsistência de algumas população dependente da agricultura. É também referida a inevitável afectação dos moinhos de milho, e degradação da vegetação ripícola.

Na sua perspectiva a implantação do projecto irá provocar impactes significativos na flora, fauna, recursos hídricos e paisagem e, conseqüentemente, comprometerá, de modo irreversível, as iniciativas de requalificação da área e o seu aproveitamento para criação de um espaço regional de conservação da natureza, lazer e educação ambiental.

Não se tratando, portanto, de uma intervenção que tenha como objectivo a salvaguarda do património natural existente, mas tão somente fins meramente económicos, sem quaisquer benefícios para a diversidade biológica do local ou para as suas populações, é sua convicção que não se deve dar continuidade à pretensão apresentada.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

"Aproveitamento Hidroelétrico das Azenhas das Oliveiras – Rio Ferreira"



Instituto do Ambiente

ANEXO I

LISTA DOS ORGÃOS DE IMPRENSA

- Aproveitamento Hidroelétrico das Azenhas das Oliveiras -

NOME	MORADA	LOCALIDADE
Redacção do Jornal de Notícias	Rua Gonçalo Cristóvão, 195	4000 PORTO
Redacção da Rádio Renascença	Rua Capelo, 5	1200 LISBOA
Redacção RDP Antena 1	Av. Eng.º Duarte Pacheco, 6	1070 LISBOA
Redacção da T.S.F. Rádio Jornal	A/c Sr. José Milheiro Rua 3 da Matinha – Edifício Altejo – Piso 3 – Sala 301	1900 LISBOA
Redacção da Rádio Comercial	Rua Sampaio Pina, 24 / 26	1099-044 LISBOA
Redacção do Jornal “O Independente”	Av.ª Almirante Reis. 113 – Sala 802 – 8.º	1150-014 LISBOA
Redacção do Jornal “O Expresso”	A/c Sr. Mário de Carvalho Rua Duque de Palmela, 37-2º	1200 LISBOA
Redacção do Jornal Público	Rua Amílcar Cabral, Lote 1	1700 LISBOA
Redacção do Diário de Notícias	Av.ª da Liberdade. 266	1200 LISBOA
Redacção da Agência Lusa	Rua Dr. João Couto, Lote C	1503-809 LISBOA
Redacção do Jornal “Correio da Manhã”	Av.ª João Crisóstomo. 72	1069-043 LISBOA
Redacção do Jornal Correio do Douro	Av.ª 1.º de Maio, 334 – 1.º	4440-501 VALONGO

LISTA DE ENTIDADES
- Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras-

NOME	MORADA	LOCALIDADE
Liga para a Protecção da Natureza - LPN	Estrada do Calhariz de Benfica, 187	1500 LISBOA
Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente - GEOTA	Travessa Moinho de Vento, 17-c/v Dr ^a	1200 LISBOA
Secretariado Nacional da Associação Nacional de Conservação da Natureza - QUERCUS	Apartado 4333	1508 LISBOA CODEX
Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente - CPADA	Rua Ferreira Lapa, 25 - R/c	1150-155 LISBOA
Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves - SPEA	Rua da Vitória, 53 - 3.º Esq	1100 LISBOA
Associação Portuguesa de Geólogos - APG	Apartado 2109	1103-001 LISBOA
Associação dos Arqueólogos Portugueses	Largo do Carmo	1200 LISBOA
Associação Portuguesa de Recursos Hídricos - APRH	Av. ^a do Brasil, 101	1799 LISBOA CODEX
Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas	Calçada Marquês de Abrantes, 45 - 1.º Dto.	1200-647 LISBOA
Associação Portuguesa dos Engenheiros do Ambiente - APEA	Av. ^a Infante Santo, 32 - 3.º A	1350 LISBOA
Ordem dos Biólogos	Rua José Ricardo, 11 - 2.º E	1900 LISBOA
Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC	Av. ^a do Brasil, 101	1700-066 LISBOA
Sociedade Portuguesa de Ecologia - SPECO	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa Edifício C4 - 4.º Piso Campo Grande	1749-016 LISBOA
Observatório do Ambiente	Rua Ferreira Lapa, 25 - R/c	1150 LISBOA
Direcção Regional do Porto do Instituto Português do Património Arquitectónico - IPPAR	Casa de Ramalde Rua Igreja de Ramalde, 1	4149-011 PORTO
IGP - Instituto Geográfico Português	Rua Artilharia Um, 107	1099-052 LISBOA

ANEXO II



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS

IA Instituto do Ambiente			
PRES.	<input type="checkbox"/>	VPFS	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	VPLG	<input type="checkbox"/>
ASSESSORIA			
SACI	<input checked="" type="checkbox"/>	GDQA	<input type="checkbox"/>
SADF	<input type="checkbox"/>	GERA	<input type="checkbox"/>
SEPA	<input type="checkbox"/>	GJUR	<input type="checkbox"/>
SIPP	<input type="checkbox"/>	GSTI	<input type="checkbox"/>
SLRA	<input type="checkbox"/>		
OUTROS:			

Instituto do Ambiente

Rua da Murgeira, 9/9A – Zambujal
Apartado 7585 Alfragide

2721-865 Amadora

7037

2005-12-13

Data: 2005.12.12 N. Refª. 335/CGC/DGEO/2005 V. Refª IA OF. 011974 de 2005.11.03
05 / SACI - DAIA - 1386

**Assunto: Consulta Pública do Processo de Avaliação de Impacte Ambiental
"Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras"**

Exm^{os} Senhores,

Após análise do processo supra referido, verificou-se que este Projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico não constitui impedimento para as actividades desenvolvidas pelo Instituto Geográfico Português; respeitando o estipulado no Decreto Lei nº 143/82 de 26 de Abril.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente

Arménio dos Santos Castanheira
Cor. Eng^o Geógrafo

Handwritten notes:
A=de...
19.12.05



IA Instituto do Ambiente			
PRES.	<input type="checkbox"/>	VFPB	<input checked="" type="checkbox"/>
VPLG	<input checked="" type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
ASSESSORIA:			
SACI	<input checked="" type="checkbox"/>	GDGA	<input type="checkbox"/>
SADF	<input type="checkbox"/>	GERA	<input type="checkbox"/>
SEPA	<input type="checkbox"/>	GRUR	<input type="checkbox"/>
SISP	<input type="checkbox"/>	GGTI	<input type="checkbox"/>
SLRA	<input type="checkbox"/>		
OUTROS:			

Exmo(a) Sr.(a)
 Presidente do Instituto do Ambiente
 Rua da Murgeira 9/9A, Zambujal - Ap. 7585
 2611-865 AMADORA, Portugal

Sua referência	Sua comunicação	Ofício n.º	S-2005/133602 (C.S:379110)
Of.011974	03/11/2005	Data	12/12/2005
		Procº n.º	DRP-DS/2005/13-15/13460/EIA/450 (C.S:61717)
		Cód.Manual	

Assunto: Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras, em Valongo.

Requerente: I.A. Instituto do Ambiente

Comunico a V. Ex.ª que por despacho do Sr.(a) Director(a) Regional de 12/12/2005, foi emitido parecer **Favorável** sobre o processo acima referido, de acordo com os termos da informação em anexo.

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições conjugadas da legislação em vigor, nomeadamente nos artigos 43º, 45º, 51º e 60º da Lei 107/2001 de 8 de Setembro, DL 69/2000 de 3 de Maio e artigos 2º nº2 alínea f) e 25º nº3 alínea e) do DL 120/97 de 16 de Maio.

Com os melhores cumprimentos.

O Director Regional do Porto

(Lino Tavares Dias)

Eylobama'falk
NL
15-12-2005



Assunto : Aproveitamento Hidroelétrico das Azenhas das Oliveiras, em Valongo.

Requerente : I.A. Instituto do Ambiente

Local :

**Servidão
Administrativa :**

Inf. n.º: S-2005/133600 (C.S:379108)

Cód. Manual

N.º Proc.: DRP-DS/2005/13-15/13460/EIA/450 (C.S:61717)

Data Ent. Proc.: 17/11/2005

Chefe de Divisão Miguel Carlos Areosa Rodrigues a 09/12/2005

Considerando que na área abrangida pelo EIA não existe qualquer imóvel classificado ou em vias de classificação, proponho a concordância com o EIA. Contudo, para instrução e arquivo do processo nesta Direcção Regional solicita-se o envio dos elementos respeitantes ao património cultural, nomeadamente a situação de referência e a avaliação patrimonial. À consideração superior.

Consultada, na DRA Norte, a documentação referente ao Processo de Avaliação de Impacte Ambiental do Projecto de Aproveitamento Hidroelétrico das Azenhas das Oliveiras – Rio Ferreira”, a instalar no lugar das Azenhas das Oliveiras, freguesia de Campo, concelho de Valongo, verifica-se não existir património classificado ou em vias de classificação na área de incidência do referido projecto.

Contudo, para instrução documentada do processo nesta Direcção Regional, deverá ser solicitado à DRA Norte o envio dos elementos relativos aos aspectos de levantamento e avaliação patrimonial constantes do EIA.

Em conformidade, propõe-se a emissão de parecer favorável ao projecto em epígrafe.

À consideração superior

A Técnica Superior

Belém Campos Paiva



Handwritten signature

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPO

INSTITUTO DO AMBIENTE
RUA DE "O SECULO", 63
1200-000 LISBOA

Nº 1000		ento	
VPP			
SOMAS			
SI	PAJA	X	BOA
ADP			
RIEPA			
2.015			
A			
COS:			

S/ referência

S/ comunicação

N/ referência

Data, 12-12-2005

Assunto: **Exposição conjunta da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Campo**

Exmos Senhores,

A **Assembleia de Freguesia de Campo** reunida extraordinariamente no dia 9 de Dezembro de 2005, para analisar o resumo não técnico do Projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras/couce, **deliberou, por unanimidade**, exprimir a seguinte opinião sobre a implantação do projecto supra referido:

- 1 – A Zona de implantação, do citado projecto, é uma zona protegida e implantada na Rede Natura 2000, portanto património natural que desejamos preservar;
- 2 – O caudal do Rio Ferreira, a jusante do açude, ficará reduzido a um “fio de água” que se mostrará insuficiente para manter toda a vida animal aí existente, algumas são espécies protegidas, e deixará de irrigar os terrenos agrícolas das suas margens afectando a subsistência dos moradores da localidade, nomeadamente da aldeia de Couce, dependentes da agricultura;
- 3 – Os pescadores do Rio Ferreira verão desaparecer um zona importante da sua actividade de lazer. Os peixes devido ao açude não poderão subir o rio para desovar.
- 4 – A albufeira irá, em dias de chuva, inundar os moinhos a montante impedindo-os de laborar normalmente;

Handwritten signature and date
19.12.2005



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPO

5 – O aspecto paisagístico belo, harmonioso e natural, irá sofrer terríveis alterações tornando-o irreconhecível para todos nós;

6 – Esta Assembleia de Freguesia, para a sua tomada de posição, consultou as associações locais e demais população.

Assim, por todos estes factos a **Assembleia de Freguesia de Campo é de opinião negativa** quanto á concretização do projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras/Couce, **desaconselhando claramente a sua construção**, dado que o seu impacte no meio é muito negativo, diminuindo a qualidade de vida da população local.

O Presidente da Assembleia de Freguesia,

(Orlando Gaspar Rodrigues)

O Presidente da Junta de Freguesia,

(José Carvalho da Rocha)



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

Análise do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto do Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras – Rio Ferreira

Este documento tem como objectivo efectuar a análise do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projecto de Aproveitamento hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras – Rio Ferreira, para fundamentar o Parecer da Câmara Municipal de Valongo sobre o referido projecto. Com este documento não se pretende efectuar uma análise exaustiva do EIA mas evidenciar as questões pertinentes desse estudo e as suas conclusões.

Os objectivos específicos de um Estudo de impacte Ambiental são identificar, prever, avaliar, prevenir e minimizar ou mitigar os impactes ambientais no conjunto dos sistemas físicos, biológicos e suas interações, e dos factores económicos sociais e culturais que possam ter efeitos directo ou indirecto, imediato ou a prazo, sobre os seres vivos, o património e a qualidade de vida das populações, induzidos pela implementação do projecto e todas as acções e/ou actividades associadas ao mesmo.

A Serra de Santa Justa e Pias apresenta-se como um espaço único na Área Metropolitana do Porto com interesse reconhecido, nomeadamente ao nível das conclusões do Plano Estratégico do Futuro Sustentável que se passa a citar:

“...a região possui espaços naturais de significativa diversidade faunística e florística, que é fundamental preservar, na perspectiva da conservação da natureza, do lazer e educação ambiental. Destaca-se as Serras de Santa Justa e Pias...”



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

A Intervenção da Câmara Municipal de Valongo na Serra de Santa Justa e Pias – Sítio Rede Natura 2000

A requalificação, preservação e divulgação do Património Natural do Concelho tem sido um dos vectores estratégicos do Executivo da Câmara Municipal de Valongo, tendo centrado os seus esforços na Serra de Santa Justa e Pias, pelas características excepcionais que esta área apresenta. Área onde se insere o empreendimento sujeito a EIA.

Foram desenvolvidos na última década um conjunto de iniciativas, acções e actividades de promoção, sensibilização e educação ambiental que visam proteger e reabilitar a área habitualmente denominada como Parque Paleozóico de Valongo, a qual integra o Sítio de Importância Comunitária, "Valongo", (Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004, que adopta, nos termos da Directiva 92/43/CEE do Conselho, a Lista de Sítios de Importância Comunitária da região bio geográfica atlântica, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias de 29 de Dezembro de 2004.)

A Câmara Municipal de Valongo apresentou processo de candidatura à classificação da Serra de Santa Justa e Pias como Paisagem Protegida, tendo a Resolução de Conselho de Ministros nº 144/2003 de 13 de Setembro, reconhecido o mérito da iniciativa de conferir o estatuto de protecção às Serras de Santa Justa...



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

Têm-se desenvolvido vários projectos de conservação da Natureza, sempre devidamente supervisionados por entidades científicas especializadas, nomeadamente a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos CIBIO/ICETA, também da mesma Universidade, com os quais a Autarquia celebrou protocolos de cooperação e assessoria científica.

Dos projectos implementados alcançaram maior relevo o Parque Paleozóico de Valongo e a Conservação de 4 Espécies Raras, ambos co-financiados por fundos da Comissão Europeia. É importante, todavia, que estes projectos sejam perspectivados como parte integrante de uma estratégia global de intervenção.

Das iniciativas concretizadas no terreno saliente-se a existência de três percursos pedestres sinalizados na Serra de Santa Justa, na margem direita do Rio Ferreira, que iniciam muito próximo do local previsto para a construção do açude e a realização de visitas guiadas temáticas, acompanhadas de guias com formação técnica adequada, que ocorrem semanalmente.

Um dos percursos acima mencionados, o percurso verde, coincide na sua quase totalidade com a estrada em terra batida, que funcionará no âmbito do projecto em estudo como o principal acesso às frentes de obras e ladeia o rio na extensão de 2500m nomeadamente no troço que ficará com o caudal reduzido a 5%.

Este percurso é o mais utilizado pelas escolas pois permite entre outras vertentes, o estudo da geologia e da história da terra ao vivo. É também o mais utilizado pelo público em geral pois é o principal acesso às serras e a toda a área do Parque. A título de exemplo refira-se que só durante este ano e até Outubro realizam-se semanalmente várias visitas guiadas por



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

especialistas, que tiveram a presença de 2179 participantes. Nestes números não estão contabilizados os visitantes que por iniciativa própria percorrem os trilhos pedestres anteriormente mencionados. Nos anos anteriores tem havido um incremento de visitas substancial (1999 – 628 visitantes, 2000 – 940vis., 2001 – 1111vis., 2002 – 1273vis., 2003 – 1900vis., 2004 – 2097vis.).

O percurso amarelo também verá as suas potencialidades diminuídas. Este trilho localiza-se na margem direita do Rio Ferreira, na vertente a montante do local onde será construído o açude.

Este trilho é caracterizado pela magnífica vista da “garganta do Rio ferreira” e das fragas, ora durante as obras esta potencialidade será drasticamente afectada e seriamente comprometida durante a exploração.

(No EIA os trilhos e as visitas apenas é mencionada a sua existência: ponto 5.2.1.1.6 - pág. 64 do AIA)

Refira-se ainda que muitas Faculdades, nomeadamente do Porto e regiões limítrofes, utilizam a Serra de Santa Justa e a Serra de Pias para as suas aulas práticas e de campo, nomeadamente nas áreas da biologia, geologia, engenharia de minas, entre outras.

A Serra de Santa justa e Pias também é utilizada para a prática de actividades de ar livre, desportivas e de lazer, tais como BTT, Escalada, espeleologias, tendo diariamente um número elevado de frequentadores, principalmente no Verão mas também aos fins de semanas durante todo o ano.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

Os esforços da Autarquia de Valongo para a sensibilização e promoção da preservação do património natural das Serras de Santa Justa e Pias, foram recompensados com a atribuição em 2003, do 2º lugar dos prémios "Green Days", atribuídos pela Comissão Europeia como reconhecimento pelas acções que contribuem efectivamente para a promoção da Rede Natura a nível local e regional e da sua importância no contexto europeu, resultando na sensibilização da população para a aceitação desta áreas e a sua preservação.

Em 2005, foi atribuído à Câmara Municipal de Valongo o prémio "Geoconservação 2005", este prémio, iniciativa do Grupo Português da ProGeo (Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico) tem como objectivo premiar uma Autarquia que se distinga na implementação de estratégias de conservação e valorização do património geológico do seu Concelho, o júri foi constituído pelas seguintes entidades: ICN – Instituto da Conservação da Natureza, National Geographic Portugal, Associação Portuguesa de Geólogos e a ProGeo.

Os critérios de avaliação assentavam essencialmente na inventariação, fundamentação científica, níveis de protecção, conservação e estratégias de valorização e promoção do património geológico.

Este prémio foi atribuído por unanimidade, tendo sido salientado que a candidatura apresentada assentava em acções concretas, já implementadas, sendo um exemplo a seguir por outras autarquias.

Estas particularidades não foram tidas em conta na caracterização da situação de referência, mas julga-se que são de extrema importância pois o projecto em análise provocará um levado impacto nas actividades acima mencionadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

Conclui-se assim que neste estudo foi menosprezada a importância do Parque Paleozóico de Valongo e as actividades associadas.

Foram ainda detectadas outras lacunas nas informações de base, nomeadamente:

Impacte da utilização de meios mecânicos e de explosivos para a abertura do túnel

Relativamente ao descritor geologia, geomorfologia e hidrogeologia verifica-se que não foram contemplados estudos de geotecnia e de estabilidade, e julga-se que estes seriam de particular importância na medida em que na abertura do túnel, que terá cerca de 1580 metros, com 8.86 metros quadrados de secção, está prevista a escavação ser efectuada por meios mecânicos e com recurso a explosivos, existe a possibilidade de intersecção do túnel com várias ocorrências de minas abandonadas. Esta situação deveria ser averiguada por um especialista em geotecnia e com a efectivação de estudos específicos. (Refira-se que na página 74 é feito um alerta para durante a abertura do circuito hidráulico deve ser acautelada a existência de antigos trabalhos subterrâneos que possam colocar em risco a segurança de pessoas e bens.)

A escavação preconizada avançará em duas frentes, uma em sentido Norte- Sul a partir da tomada de água e outra em sentido contrário, a partir da área de construção da câmara de carga. A compatibilização da união destas duas frentes, deverá ser sistematicamente monitorizada face à complexidade na execução dos trabalhos de perfuração uma vez que o túnel "Trabalhará por gravidade" com uma pendente de 1,1 por mil.

Não são apresentados perfis transversais que permitam fazer uma análise rigorosa das distâncias de perfuração à superfície. Foi apresentado o perfil longitudinal que nos refere essas distâncias na vertical, no entanto e face às inclinações elevadas ao longo do traçado (declive



7

CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

médio das encostas varia entre 25% - 30% e 40% – 45%), deverá ser devidamente estudada a distância à superfície na diagonal e as implicações que o método previsto (abertura por explosivos), provocará em termos de erosão.

Salienta-se ainda o facto do circuito hidráulico em túnel não prever qualquer revestimento com excepção de zonas pontuais onde poderá efectuar-se a projecção de betão por fibras.

A utilização de explosivos também não foi tida em conta na avaliação de outros descritores, tais como sejam: o ruído, pois, durante a fase de construção, ocorrerá certamente um contributo significativo dessa fonte, para os níveis sonoros; a sócio-economia: as habitações mais próximas do local das obras, poderão sofrer danos físicos e estruturais devido às “vibrações” inerentes às explosões, o que contribuirá para a degradação das mesmas e por extensão à degradação da qualidade de vida dos moradores. O descritor qualidade do ar também poderá sofrer algum impacte negativo devido ao aumento das partículas no ar.

Existem impactes negativos inerentes à implantação das infraestruturas que implicam a remoção do coberto vegetal e terra vegetal, (nomeadamente os estaleiros, o açude, a tomada de água, o circuito hidráulico, a camada de carga e a central), destacando-se ainda o impacte negativo na instalação do pontão metálico realizado em zonas de declive acentuado cujo movimento de terras potenciará o risco de erosão e que visualmente implicará um impacte negativo face à cota a que será construído em relação à cota de linha de água (+5,00m).

Melhoria dos acessos

O arranjo da estrada em terra batida, que liga o lugar da carvoeira á aldeia de couce, do caminho de acesso á ponte de couce e da própria ponte, são referidos no projecto como uma necessidade básica para garantir o acesso aos locais de obra, no entanto não foi definido o tipo de reparação



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

ou melhoria de que serão alvo, localizando-se numa área classificada como sensível, esta omissão poderá ser bastante grave na medida em que estas obras decerto que vão introduzir impactes negativos não contemplados neste EIA. De acordo com a legislação específica deverão ser incluídos no EIA todos os projectos complementares ou associadas ao projecto, neste caso tal não se verifica.

Situação do projecto alvo de EIA

Nos elementos adicionais (Adenda ao EIA), é indicado que o projecto encontra-se na fase de anteprojecto, pelo que ainda não se encontram definidos alguns aspectos e pormenores do mesmo, o que dificulta uma avaliação mais rigorosa, assim esta situação poderá traduzir-se na **existência de impactes ambientais significativos que não foram tidos em conta neste estudo, assim como outros poderão ter sido desvalorizados.**

As omissões acima referidas são de extrema importância na medida em para alguns descritores poderão introduzir impactes negativos significativos que não foram tidos em conta na elaboração deste EIA.

Em seguida apresentam-se alguns comentários aos impactes identificados neste EIA para os descritores que se consideraram mais relevantes ou para os quais a análise dos mesmos se afigurou pertinente.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

Geologia, Geomorfologia e Hidrogeologia,

Para o descritor Geologia e Geomorfologia, parece discutível com a abertura do troço do circuito hidráulico em túnel a atribuição de um impacte positivo, permanente, e de média magnitude ainda que pouco significativo, justificado no EIA pela exposição de património geológico em consequência dos desmontes para a execução do circuito hidráulico, na medida em que este impacte é incerto (pág. 79 do EIA), e ainda porque existem outros impactes negativos desta acção do projecto como sejam: A1 -a modificação das formas naturais em consequência da movimentação de terras provenientes da abertura do túnel: A abertura do túnel vais requerer movimentação e armazenamento de terras com a consequente alteração das formas naturais, quer pela sua ocultação, quer pela sua eventual destruição. O desmantelamento de depósitos de vertente poderá ocorrer por destabilização e desmoronamento devido a excesso de carga. Face ao exposto julga-se que para este descritor a classificação do impacte deveria ser **negativo e não positivo.**

Para este descritor salientam-se os aspectos nos quais se registará um impacto negativo significativo: a modificação das formas do modelado em consequência da abertura dos acessos e das formas naturais em consequência da movimentação de terras geradas nas obras e na abertura do túnel. Destaca-se ainda a existência de escombrelas que serão afectadas com a execução dessas movimentações preconizadas para o local.

Qualidade da água subterrânea

No estudo não é referido que o abastecimento de água ás habitações das Azenhas das Cavadinhas e das azenhas do Regato é efectuado através de nascentes de água localizadas nas



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

proximidades das mesmas. No estudo é referido a existência de uma nascente identificada na margem esquerda do rio ferreira, essa nascente abastece as habitações das azenhas do Regato.

Recursos Hídricos

No que se refere aos recursos hídricos os impactes identificados são na sua quase totalidade impactes negativos. Durante a construção os maiores impactes negativos serão ao nível da qualidade da água, devido à proximidade das obras ao leito do rio, e da quantidade, nomeadamente com o desvio do leito do rio para a construção do açude, podem ocorrer alterações do regime hídrico.

Na fase de exploração, os impactes negativos ao nível deste descritor apresentam características mais gravosas, nomeadamente a nível qualitativo:

- A albufeira será responsável pela acumulação de sedimentos, transportados pelo Rio Ferreira e pelo Rio Simão, o que aumentará a quantidade de matéria orgânica em decomposição, actualmente os níveis de oxigénio dissolvido já se encontram abaixo do normal para este tipo de linha de água. A acumulação de matéria orgânica em decomposição fará diminuir ainda mais a quantidade de oxigénio dissolvido, podendo levar à criação de condições anaeróbias ou de anóxia (falta de oxigénio) Quando se efectuar a abertura das comportas esta matéria orgânica em decomposição será arrastada pela água e provocará um abaixamento do nível de oxigénio ao longo do troço a jusante do açude, esta situação poderá levar entre outras consequências ecológicas negativas, à morte dos peixes, de macro invertebrados, anfíbios, e demais organismos vivos existentes no leito e margens do rio. No Rio Ferreira já se verificaram anteriormente



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

situações deste tipo que originaram uma elevada mortandade nos peixes, prevê-se que caso se concretize o projecto essas situações poderão ser mais frequentes.

A nível quantitativo destacam-se:

- A alteração do regime de caudais a jusante do açude, com a conseqüente alteração do regime hidrológico.
- Embora os caudais estabelecidos para o regime de exploração do projecto contabilizem um caudal ecológico de 5% do caudal modelar mais 5% como caudal de reserva, totalizando 0.589 m³/s, comparando estes valores com o regime de caudais definido segundo os critérios estabelecidos no âmbito do Plano Nacional da Água (PNA) verifica-se que estes valores diferem entre si, verificando-se que em alguns meses o caudal ecológico estabelecido no PNA não são cumpridos. Esta constatação pode ser verificada na página 14 da Adenda ao EIA: nos meses de Outubro, Novembro, Março, Abril, Maio e parte de Junho, ou seja quase 6 meses em 9 meses e meio de funcionamento não são garantidos estes caudais. Segundo os autores do EIA os caudais estabelecidos no PNA não poderão ser assegurados pelo aproveitamento por comprometerem a rentabilidade do aproveitamento e dificultarem a operacionalidade.

Esta situação é mais preocupante na medida em que o estudo utilizou de dados de caudais par ao Rio Ferreira bastante antigos (média de 6 anos entre 1978 e 1985) os mais recentes datam de há 20 anos, e sabe-se que nos últimos anos tem-se verificado globalmente uma diminuição dos caudais médios das linhas de água, caso os caudais actualmente verificados não permitam assegurar os caudais mínimos para funcionamento do aproveitamento, serão na mesma cumpridos os valores para o caudal ecológico e o caudal de reserva referidos no projecto, se não, quais os impactes ambientais dessa situação? Assim, julga-se que deveriam ter sido



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

efectuados estudos de quantificação do caudal do Rio Ferreira de modo a validar os valores referido no EIA. Refira-se ainda que no EIA, para o descritor Património Natural, é afirmado na página 139 do estudo, que os 10% do caudal assegurado, que inclui o caudal ecológico mais o caudal de reserva, “é manifestamente insuficiente do ponto de vista ecológico, no que se refere à manutenção de uma série de valências ecológicas actualmente existentes”, comprometendo os ecossistemas associados ao Rio.

Para além dos impactes anteriormente referido existem outros que não foram contabilizados que são:

- As implicações da construção da albufeira no regime de escoamento do Rio Simão
- E as implicações para a actividade agrícola exercida pelos moradores da área de projecto, com a diminuição dos caudais do Rio ferreira, que condicionarão a disponibilidade de água para a rega.

Património Natural

É sobre este descritor que o projecto em avaliação apresenta talvez os impactes negativos de maior magnitude e significância.

Avifauna

Para este item a fase que acarretará maiores e mais significativos impactes negativos será a fase de exploração, com a redução do caudal do Rio Ferreira entre o açude e a Central, ocorrerá uma redução ou eliminação numa extensão importante das zonas de alimentação para avifauna, e a



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

redução da viabilidade da presença de peixes, fonte de alimentação de algumas espécies de avifauna presentes na área, o que levará a uma redução local da densidade destas espécies.

Fauna terrestre

Na fase de construção o impacte mais significativo prende-se com a localização da central de turbinagem, próxima de um local referenciado como prioritário para a conservação da *Chioglossa lusitanica* – espécie do Anexo BII da Directiva “Habitats” sendo esta situação bastante gravosa pois pode levar ao desaparecimento de uma sub-unidade populacional devida á perda e/ou alteração do habitat. Também para esta situação poderão contribuir o melhoramento da ponte de Couce e a localização do estaleiro n.º3.

Na fase de exploração o impacto negativo mais significativo decorre da alteração das margens com a subida e descida dos níveis da água, o que levará a uma redefinição da dinâmica hídrica e a perda de habitat entre outras, para as espécies *Chioglossa lusitanica* e *Galemys pyrenaica*.

Flora

A montante do açude perspectiva-se a imersão parcial e conseqüente destruição das formações ripícolas de amieiros e salgueiros que constituem habitats prioritários a nível comunitário. A jusante do açude, a alteração significativa da dinâmica natural do rio originará a perturbação das populações de espécies ripícolas, entre as quais o endemismo *Narcissus cyclamineus* – espécie do anexo B-II da Directiva “Habitats”, cuja única população do sítio será destruída.

Para este item face à gravidade dos impactes negativos identificados não se perspectivaram no EIA medidas que os minimizem.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

Fauna aquática e qualidade da água

As espécies piscícolas serão as mais afectadas, pois no decorrer do estudo verificou-se que esta comunidade apresenta uma diversidade e qualidade ecológica superior ao esperado, principalmente devido à má qualidade da água. Particularmente importante do ponto de vista ecológico, foi ter-se confirmado a presença de indivíduos em migração reprodutora, nomeadamente das espécies barbos e de enguia prateada, bem como gamas de tamanho de várias espécies que parecem indicadoras de que as mesmas se reproduzem na zona do Rio Ferreira que serão drasticamente afectadas pelo Aproveitamento.

A presença do açude provocará um efeito de barreira que será particularmente negativo para as populações piscícolas que ficarão impedidas de efectuar as suas migrações reprodutoras e/ou o retorno de juvenis e adultos para montante do açude.

Com a diminuição do caudal será de supor que o troço do rio afectado pelo empreendimento possa perder quase totalmente as suas potencialidades piscícolas.

Embora o projecto não prevê-se a construção de qualquer tipo de passagem para peixes, uma vez que não existia um histórico de espécies piscícolas migradoras no local durante os trabalhos de campo verificou-se a existência de espécies migradoras o EIA deveria recomendar / indicar a sua construção. (Embora seja referido que caso seja justificada a sua necessidade no âmbito da AIA o promotor do projecto compromete-se à sua construção. (4.4.1 – pág. 29)

Relativamente a este Descritor verificam-se algumas lacunas de informação, nomeadamente:



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

Espécies protegidas - Sobreiros

No EIA em análise também não é mencionado que na envolvente e no local de implantação da central, existem mais de 10 exemplares de sobreiros, que serão inevitavelmente destruídos com a implantação do estaleiro, identificado como n.º 3, e da própria central.

Sítio de Importância Comunitária

De acordo com a Adenda ao EIA, este foi elaborado entre Maio de 2004 e Fevereiro de 2005, no entanto não é referido no mesmo, que a área de implantação do projecto foi classificada como Sítio de Importância Comunitária, "Valongo", através da Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004, que adopta, nos termos da Directiva 92/43/CEE do Conselho, a Lista de sítio de importância comunitária da região bio geográfica atlântica, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias de 29 de Dezembro de 2004.

Este projecto apresenta características que afectarão algumas das espécies e habitats que originaram esta classificação, pelo que este aspecto não deveria ter sido ignorado.

Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Face ao anteriormente exposto verifica-se também uma inadequação deste projecto com a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, nomeadamente no que se refere às opções estratégicas fundamentais, 4 e 5.

A opção estratégica fundamental 4 – tem como objectivo assegurar a conservação e a valorização do património natural dos Sítios e das Zonas Protecção especial integradas no processo da Rede Natura 2000.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

A opção estratégica fundamental 5 – tem entre outros, (...) assegurar e valorizar o património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico.

Qualidade do ambiente (ar, ruído, resíduos)

Ar

Como não foram contabilizadas as actividades de iniciativa da autarquia que se desenvolvem nas proximidades do projecto em avaliação, tal como já foi referido no início deste documento, relativamente ao este descritor, não foi contabilizada o impacto da degradação da qualidade do ar, que se verifica durante a fase de construção, devida sobretudo ao aumento significativo das partículas em suspensão, provenientes da circulação de máquinas e camiões e da movimentação de terras, nas actividades desenvolvidas, principalmente por comprometem a realização de visitas durante toda a fase de construção do Aproveitamento.

Ruído

No estudo apresentado e respectivos anexos, apesar de incluir os mapas de ruído das diferentes situações e períodos de referência, refere que foram realizadas medições acústicas para Caracterização da situação de referência, mas nem são localizados os pontos de medição nem os resultados das mesmas são apresentados.

No estudo também é referido que para as fases de construção, exploração e desactivação foram estimados os níveis sonoros mas não referem qual o método utilizado. O Instituto do Ambiente no documento "Notas para avaliação de ruído em AIA e em Licenciamento" aconselha a utilização dos modelos de previsão de ruído recomendados pela União Europeia na Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, embora



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

existam diversos métodos de cálculo. No entanto, neste EIA, não se sabe qual o método utilizado.

Verifica-se também outra situação curiosa, na situação de referência, nas zonas de rápidos dos Rio Ferreira, no mapa de ruído para os períodos diurno e nocturno observa-se uma diminuição de uma classe nos níveis sonoros, ou seja, estas zonas em período diurno situam-se entre os 60 dB(A) e os 70 db(A), enquanto no período nocturno os níveis de ruído situam-se entre os 55 dB(A) e os 65 dB(A), ora neste locais a única fonte de ruído é o próprio rio, como se explica esta variação no níveis sonoros ? Os caudais diurno e nocturno variam nestes 2 períodos? Situação análoga verifica-se na margem esquerda do Rio Ferreira, onde segundo o estudo não foram identificados fontes sonoras.

Na fase de construção, não foi tida em conta como fonte de ruído as explosões necessárias para a abertura do túnel, julga-se que o seu impacto face à localização dos receptores sensíveis terá um impacto muito significativo, ainda que as mesmas se realizem em período diurno.

Relativamente à fase de exploração, para a Central não é indicado qual a potência sonora da mesma ou qualquer outro indicador que permita avaliar a sua importância como fonte de ruído. Também não foi tido em conta, na análise efectuada, o ruído de baixa frequência emitido pelo funcionamento desta. Nos últimos anos, estudos indicam que este tipo de ruído é extremamente prejudicial à saúde humana, originando uma doença denominada doença vibro-acústica, que apresenta sintomas difusos tais como dores de cabeça, irritabilidade, dificuldade de concentração entre outros. Esta situação é mais gravosa na medida em que durante os meses de Outubro a Junho está previsto o seu funcionamento 24/24 horas.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

Não são referidos os acréscimos de ruído para fase de exploração para Aldeia de Couce assim como para os outros receptores sensíveis, nomeadamente os moradores o lugar da Azenha - Carvoeira e das Azenhas do Regato e das Cavadinhas, em qualquer das fases do projecto.

O impacto do aumento de ruído também não foi tido em conta noutros receptores sensíveis: os visitantes e frequentadores da Serra de Santa Justa e Pias.

Paisagem

Para este descritor, verificou-se que a tabela 43, para a fase de exploração não está preenchida de acordo com o texto apresentado imediatamente no parágrafo anterior. No texto é referido " A exploração propriamente dita conduzirá a alterações significativas da topografia local levando à diminuição da sua qualidade visual; o impacte é pois considerado muito significativo e de elevada magnitude. Na tabela anteriormente referida a classificação do impacte para o descritor paisagem, para a fase de exploração é de Pouco significativo e de baixa magnitude. Na matriz Causa – efeito, Tabela 69, verifica-se a mesma situação, ou seja o impacte para este descritor foi minimizado.

Sócio-economia

No que se refere ao descritor **sócio-economia**, na fase de construção, este apresenta um impacte positivo, temporário e de baixa magnitude, e pouco significativo, fundamentado pela criação de 30 postos de trabalho, pelo período máximo de 10 meses e pela melhoria do acesso à



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

aldeia de couce o que facilitará a mobilidade dos habitantes e a melhoria da sua qualidade de vida, não sendo possível esquecer, no entanto todos os outros incómodos para a população decorrentes da construção das infra-estruturas: degradação da qualidade do ar, ruído, degradação da paisagem, eventuais estragos nas habitações, diminuição da qualidade da água de abastecimento, etc., pelo que se julga que a qualidade de vida da população directamente afectada pelo projecto será degradada e não melhorada como se pretende fazer crer no EIA.

Para além disso, o impacto do aumento da circulação de viaturas, quer no interior do lugar da Azenha - Carvoeira, quer no principal acesso à aldeia de Couce, acarretará um aumento dos risco de acidentes, principalmente atropelamentos, para moradores da Azenha, aldeia de couce e para todos os visitantes e utilizadores da Serra.

Na fase de exploração, para este descritor, o impacte deste projecto é classificado como positivo, muito significativo e de dimensão local e nacional, justificado pela promoção e utilização de fontes de energia pela produção de energia eléctrica, sendo deste modo dado um contributo para o cumprimento das metas a alcançar até ao ano de 2010. Com a execução deste projecto, o EIA, prevê ainda impactes positivos, embora indirectos e pouco significativos, na qualidade do ar, pelo facto de ser dado um contributo para a diminuição do consumo de combustíveis fósseis e diminuição das emissões de gases com efeitos de estufa.

Ora, a directiva da Comissão Europeia sobre a produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis (Directiva n.º2001/77/CE, de 27 de Setembro) fixa para Portugal o objectivo de em 2010, cerca de 39% da produção nacional de energia eléctrica, deverá ser feita a partir de fontes de energia renováveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

De acordo com estimativas da Direcção Geral de Energia, as necessidades energéticas em Portugal em 2010 totalizarão 242325 GWh, se 39% deste valor for obtido a partir de fontes de energia renováveis, ou seja, estas deverão produzir cerca de 94506.97 GWh, e se, tal como previsto o Aproveitamento hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras, produzir num ano médio 7.8 GWh, conforme indicado neste EIA, este empreendimento contribuirá no ano de 2010 apenas com 0.008 % para serem cumpridas as metas estabelecidas.

Face ao exposto considera-se que para o descritor sócio-economia, na fase de exploração, classificar como um impacto positivo, muito significativo e de dimensão nacional parece-nos uma sobrevalorização excessiva do mesmo.

Ordenamento do Território

Para este descritor, verifica-se que grande parte deste projecto ocupará solo classificado no Plano Director Municipal do Concelho de Valongo, como Zona de protecção ambiental, conforme estipulado no artigo 53º do PDM, nestas áreas apenas é permitida a construção de projectos cuja finalidade seja a valorização ambiental. Neste EIA, os autores do mesmo consideram que não há violação do PDM porque o projecto alvo do estudo é considerado, pelos próprios, como de valorização ambiental, ora, quem tem competência face à legislação em vigor para determinar se o projecto é de valorização ambiental ou não é a Câmara Municipal, assim como, decidir se o mesmo se encontra de acordo com este em todas as suas vertentes.

Segundo a informação prestada pelos Departamentos de Serviços de Urbanismo e Gestão Urbanística e que se anexa, é claramente referido no ponto 4, "... não se tratando de uma intervenção que tenha como objectivo a recuperação e salvaguarda do Património Natural



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

Existente...”, julga-se que a classificação do impacte para este descritor deverá ser negativo, muito significativo e de magnitude elevada, para qualquer das fases deste projecto.

Património Cultural – Arqueológico e Arquitectónico

No que se refere ao descritor património cultural, existem duas situações preocupantes, a possível alteração / destruição da ponte de Couce e a situação das azenhas localizadas na confluência do Rio Simão com o Rio ferreira.

Ao longo do vale do rio Ferreira é possível observar vestígios de estruturas que denunciam uma grande actividade moageira em tempos passados.

Destas estruturas salienta-se um conjunto, denominado por moinhos do Cuco, os únicos que se encontram em funcionamento em todo o Vale, situados na confluência do rio Simão e Ferreira. Este núcleo é composto por 6 edifícios totalizando cerca de 30 mós.

Este local, de grande beleza paisagística e arquitectónica, assume grande importância não só pela preservação e divulgação de técnicas tradicionais de moagem em desuso mas também como um local pedagógico para as muitas escolas que os visitam.

A sua importância como polo educacional foi reconhecida pela Autarquia tendo inserido este local como ponto de visita nos 3 trilhos pedestres existentes no Parque Paleozóico.

A execução do projecto de aproveitamento hidroeléctrico irá pôr em causa todo este conjunto, tanto na fase de construção como na fase de exploração. No estudo apresentado são minimizados os impactos negativos o que não corresponderá muito à realidade. Actualmente quando nos deparamos com um Inverno mais pluvioso alguns edifícios são inundados. Com a construção de um açude nas proximidades o nível de água irá subir e inevitavelmente inundar os moinhos impossibilitando o seu funcionamento, pondo em causa a sua sobrevivência económica



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

e a realização de visitas ao local. Esta situação poderá originar a desactivação deste núcleo e por conseguinte a perda de uma actividade ancestral e de grande valor patrimonial.

Na margem esquerda do rio Ferreira, e próximo dos moinhos, existe um abrigo natural o qual poderá ser submerso com a subida do nível das águas ou mesmo danificado durante a fase de construção com a circulação de maquinaria para a construção do circuito hidráulico.

No vale do rio Ferreira podemos também encontrar a Aldeia de Couce, caracterizada pelo seu casario de rocha quartzítica, apresentando uma forte relação com os factores geográficos, climáticos e económicos da região. É possível observar nos lintéis de algumas construções datas do séc. XVIII, mas possivelmente a sua origem será bastante mais antiga.

O estradão de Couce que servirá de acesso a todas as frentes de trabalho, encontra-se a escassos metros da aldeia. Esta situação irá provocar grande perturbação no descanso da população e vibrações das habitações com a passagem de camiões de grande porte. Outra questão a salientar é a utilização de explosivos para a abertura do túnel que também irão originar vibrações que poderão colocar em causa as frágeis habitações. Esta situação não está devidamente salvaguardada no estudo apresentado indicando mesmo que os impactos não serão significativos. Não estão previstos acções de manutenção das habitações caso estas sejam afectadas.

Em frente à Aldeia de Couce, na margem esquerda do rio Ferreira, encontramos também algumas ruínas de antigos moinhos. Estas ruínas estão a ser estudadas para a possível inclusão num projecto de valorização do património cultural da Serra de Santa Justa e Pias. Este projecto pretende reabilitar o património construído bem como os saberes e técnicas tradicionais relacionados com a actividade moageira. A implementação do projecto da hidroeléctrica colocará em causa este projecto uma vez que o caudal do rio Ferreira será demasiado baixo não permitindo o funcionamento das estruturas numa eventual recuperação.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

Outra questão a salientar é o uso da Ponte de Couce como ponto de passagem de camiões e maquinaria pesada. No projecto apresentado é referido que a actual estrutura não permite a passagem de veículos de grande porte sendo sugerido ou o alargamento da plataforma ou a utilização de um pontão amovível. Em nossa opinião o alargamento da plataforma existente não será a melhor opção uma vez que irá desvirtualizar toda a estrutura pondo mesmo em risco a sua sobrevivência. A utilização de um pontão amovível será neste caso a melhor escolha.

Por último cabe dizer que a Câmara Municipal de Valongo tem vindo a estudar uma série de projectos que visam a valorização do património natural e cultural da Serra de Santa Justa e Pias os quais serão postos em causa com a implantação deste projecto.

As medidas de minimização previstas não garantem a manutenção do vasto património afectado.

No que se refere aos descritores: clima, solo, e resíduos não há comentários a efectuar, uma vez que se considera que a avaliação e caracterização dos impactes para estes descritores apresenta-se adequada.

Da análise da Tabela 69 Matriz Causa-efeito – Acções do projecto versus Descritores ambientais, página 249, observa-se que esta não apresenta o critério de Reversibilidade o que poderá desvirtuar as conclusões obtidas, assim como não apresenta a classificação dos impactes para cada um dos sub-parâmetros analisados para cada descritor, mas agrega os resultados obtidos em cada um destes em 1 único resultado, o que poderá originar interpretações falseadas. Esta tabela deveria ser um resumo de todos os impactes identificados para todos aspectos analisados, e não uma agregação de impactes por descritor, pois essa agregação resulta na perda de informação relevante.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

Medidas de Minimização

No que diz respeito às medidas de minimização previstas considera-se que embora possam diminuir alguns dos impactes negativos verificados, para um elevado número de parâmetros analisados, estas medidas surtirão efeito apenas em muito pequena escala, pois os impactes para alguns dos descritores são de tal maneira gravosos que não existe maneira de os ultrapassar.

Plano de Monitorização

Quanto ao plano de monitorização apenas faremos um reparo, no que se refere à avaliação das vibrações resultantes da utilização de explosivos, julga-se que monitorizar apenas este aspecto caso se verifiquem reclamações é manifestamente pouco, devido à proximidade de algumas das habitações ao local de abertura do túnel, julga-se que esta monitorização deverá, caso este projecto se concretize, se efectuar antes, durante e após os trabalhos de abertura do túnel.

Situação Futura Sem Projecto

Neste capítulo do EIA, pretende-se indicar as tendências futuras expectáveis, sem a implementação do projecto alvo de estudo.

O autores prevêem que a médio prazo, não existirão postos de trabalho para as populações da área de inserção do projecto, o que originará o Êxodo para os centros urbanos mais próximos e, conseqüentemente, um aumento da taxa de desemprego local e desertificação da área, por outro



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

lado constata ainda que na ausência de projectos que proporcionem contrapartidas que contrariem o isolamento dos habitantes da área de inserção do projecto nomeadamente na aldeia de couce.

No entanto, o projecto em análise não contribuirá para a alteração das situações identificadas, na medida em que a médio prazo apenas será criado um posto de trabalho com o projecto e também não estão previstas acções que diminuam o isolamento da população local, principalmente da aldeia de couce. Os projectos e as actividades que a Câmara Municipal de Valongo, as Universidades, e algumas associações têm desenvolvido e continuarão a desenvolver, ajudarão a combater esse isolamento.

Apreciação Global

Em resumo, analisado o EIA do Aproveitamento Hidráulico das Azenhas das Oliveiras pode-se concluir que:

- O projecto encontra-se na fase de anteprojecto, o que poderá significar a omissão de eventuais impactes por o projecto não se encontrar numa fase mais evoluída.
- Neste estudo foi menosprezada a importância do Parque Paleozóico de Valongo, do Projecto Conservação de 4 espécies raras e as actividades associadas.
- Caso este projecto seja executado será destruída uma população de uma espécie alvo de protecção especial pela Directiva Comunitária "Habitats" – *Narcissus cyclamineus* e também serão destruídos habitats protegidos pela mesma directiva.
- Será afectada a Rede Natura 2000, nomeadamente o Sítio de Importância Comunitária – "Valongo"



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

- O projecto contraria o disposto na Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, nomeadamente no que se refere à Opção Estratégica Fundamental 4 e 5.
- As medidas de minimização preconizadas não são suficientes para salvaguardar a manutenção da biodiversidade, a conservação da natureza, e de um modo geral a qualidade do ambiente.
- Considerar um projecto destes com consequências ambientais tão importantes como de valorização ambiental é o mínimo desastroso e irresponsável.
- O caudal ecológico definido em projecto é manifestamente insuficiente para garantir as condições ecológicas do Rio Ferreira, assim como o mesmo não cumpre o estabelecido para caudais ecológicos no Plano Nacional da Água.
- O projecto viola o PDM do Concelho de Valongo.
- De um modo geral, neste estudo, os impactes negativos foram menosprezados e os positivos foram amplificados.

Assim, face ao anteriormente exposto, ouvidos os especialistas em diferentes domínios e ainda ao teor dos pareceres que anexámos, o parecer da Câmara Municipal de Valongo é negativo à execução deste projecto.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE URBANISMO

processo n.º: 12-27/2005 informação n.º 21/DSU/2005 data: 02-12-2005

requerente: INSTITUTO DO AMBIENTE de: Arq. António Fernandes
Arq. Vítor Sá

local: RIO FERREIRA - CAMPO para: Ex.mo. Sr. Vereador
Eng.º José Luís Pinto

assunto: APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO DAS AZENHAS DAS OLIVEIRAS
ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Face ao estudo apresentado, cumpre informar:

1 – Trata-se de um projecto cujo principal objectivo é o aproveitamento hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras, junto ao Rio Ferreira, em pleno Parque Natural da Serra de St.ª Justa, para a firma Sociedade Hidroeléctrica de Riba d'Ave.

O local encontra-se inserido dentro do sítio designado como Rede natura

De acordo com a Descrição do Projecto/Enquadramento Geral, a sua extensão abrange uma área de aproximadamente 1.725 m desde a tomada de água até à central, implicando a construção de um açude a jusante da foz do Rio Simão, bem como um túnel para escoamento em superfície livre na margem esquerda do rio, com 1.580 m de extensão e uma secção de 8,86 m², o qual dará lugar a uma galeria enterrada, até à câmara de carga com 320 m³ de betão e uma Central.

No que se refere à área para a bacia hidrográfica a mesma corresponde a 154,3 km².

2 – Face ao exposto parece-nos que uma área definida como de Protecção Ambiental, segundo o PDM, qualquer intervenção deverá ter como principal finalidade a protecção e salvaguarda da diversidade paisagística, os valores naturais e culturais existentes, tendo em vista a sua valorização ambiental.

3 – O carácter e o âmbito da intervenção não se nos afigura enquadrável dentro do âmbito dos pressupostos definidos para um Parque Natural que a Câmara Municipal visa implementar no local.

4 – Não se tratando de uma intervenção que tenha como objectivo a recuperação e salvaguarda do património natural existente, a mesma apresenta, pelo contrário, e independentemente da qualidade do estudo

A Dra. Aminda
Clara,
Para anexar ao
processo,


09.12.05



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA AUTÁRQUICA 2004

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE URBANISMO

processo n.º: 12-27/2005

informação n.º

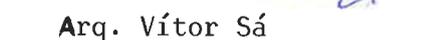
21/DSU/2005

data: 02-12-2005

apresentado, um fim último que se remete apenas para fins económicos, sem que daí advenham quaisquer benefícios para a diversidade biológica do local e do usufruto populacional de uma área em que não seria de todo aconselhável intervenções como a apresentada.

À Consideração Superior,


Arq. António Fernandes


Arq. Vítor Sá

AF/VS/AM



FEUP

**PARECER TÉCNICO AO
ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL DO APROVEITAMENTO
MINI-HÍDRICO DE COUCE NO RIO FERREIRA**

Porto
Dezembro de 2005

1. INTRODUÇÃO

A solicitação da *Câmara Municipal de Valongo* apresenta-se, em seguida, uma apreciação ao *Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Mini-Hídrico de Couce*, no rio *Ferreira*, que a *Sociedade Hidroeléctrica de Riba D'Ave*, ao abrigo da legislação sobre *Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)*, apresentou ao *Instituto do Ambiente (IA)* e onde se prevê a construção de um aproveitamento mini-hídrico num trecho do rio *Ferreira* localizado entre a serra de *Santa Justa* e a serra de *Pias*.

A apreciação que agora se apresenta poderá ser enquadrada pela *Câmara Municipal de Valongo* no âmbito da participação pública em curso e deverá contribuir para uma análise esclarecida e abrangente da questão, tendo em vista uma equilibrada ponderação entre as vantagens e os inconvenientes associados à implementação do aproveitamento em causa e as consequências que um eventual licenciamento poderá ter a outros níveis, em particular os associados à conservação da natureza.

Importa, assim, assegurar que a eventual construção do aproveitamento de *Couce* no rio *Ferreira* não seja conseguida contrariando o estabelecido nas normas e directivas que regulam, em *Portugal*, intervenções em locais com interesse conservacionista, como é o caso do presente, designadamente, a *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade*, as *Directivas Comunitárias* e as *Convenções Internacionais*, uma vez que na zona prevista para a intervenção ocorrem diversas espécies de fauna e flora com elevado estatuto de protecção, algumas das quais endémicas e bem representadas, constituindo estes valores o principal suporte da inclusão deste espaço no *Sítio PTCO 0024 – Valongo* da *Lista Nacional de Sítios (1ª fase)* a que se refere o *artigo 3º do Decreto-Lei nº 226/97 de 27 de Agosto*.

2. APRECIÇÃO AO EIA

Em primeiro lugar importa referir que sendo o EIA relativo a um projecto em fase de *Estudo Prévio* e estando em causa a implantação de uma infraestrutura que terá um impacto extremamente importante no regime hidrológico do trecho do rio *Ferreira* situado entre o açude e a restituição desse aproveitamento, num local incluído na *Lista Nacional de Sítios da Rede Natura 2000* (1ª fase) e, por isso, com elevados valores naturais a conservar, a eventual construção de infraestruturas dentro desta área é, segundo a legislação em vigor, restringida a obras de manifesto interesse público e onde se verifique a ausência de alternativas para a sua localização.

Acontece que o empreendimento em questão cujo promotor é privado e cujo objecto é a obtenção de receitas através da produção e venda de energia hidroeléctrica, não parece ser enquadrável no conceito de interesse público na medida em que não se destina a prestar qualquer tipo de serviço fundamental às populações, nem a sua eventual construção trará qualquer benefício acrescido para as populações. Trata-se, assim, de um empreendimento de tipo industrial e de natureza privada que se destina à exploração dos recursos hidroeléctricos existentes no rio *Ferreira* para a produção de energia eléctrica.

Poderá, assim por exemplo, questionar-se a pertinência de um eventual licenciamento de uma actividade industrial desta natureza numa zona com um tão elevado grau de protecção ambiental contrapondo-a, por exemplo, com a impossibilidade de implantar outras actividades de natureza industrial ou imobiliária, porventura com maiores benefícios para as populações locais e com menor impacte ambiental, pelo menos ao nível dos recursos hídricos e das espécies que, por força da legislação em vigor, dispõem de um regime especial de protecção.

Refira-se que o caudal ecológico do rio que é reservado no âmbito do presente estudo corresponde, apenas, a 5% do seu caudal modular o que na prática significa que, a menos dos momentos esporádicos onde se registam fortes caudais no rio *Ferreira*, este rio, no trecho localizado entre o açude e a restituição, ficará confinado a um caudal de, apenas, 5% do seu caudal médio anual, valor que, para além de significar uma alteração radical no regime hidrológico do rio, terá certamente impactes muito relevantes ao nível dos ecossistemas aí existentes.

Discorda-se, assim, da avaliação efectuada no *Estudo de Impacte Ambiental* em relação ao descritor “*Diminuição do caudal a jusante do açude*”, já que será, sem dúvida, este que terá o máximo impacte com a construção do aproveitamento mini-hídrico. Questiona-se, assim, o rigor da avaliação efectuada já que parece evidente que, atendendo à profunda alteração dos regimes hidrológicos que se irão verificar, a magnitude deste impacte será certamente muito elevada e a sua reversibilidade, pelo menos no que se refere à recuperação dos ecossistemas afectados não se encontra demonstrada e poderá, muito provavelmente e atendendo à sua elevada sensibilidade, considerar-se irreversível.

Por último, importa salientar o estabelecido no nº 1 do Artigo 10º do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril (que transpõe para o direito interno a Directiva nº 79/409/CEE, de 2 de Abril (Directiva Aves) e da Directiva nº 92/43/CEE, de 21 de Maio (directiva Habitats):

“Quando através da realização da avaliação de impacte ambiental ou da análise de incidências ambientais, se conclua que a acção ou projecto implica impactes negativos para um sítio de importância comunitária, para uma ZEC ou para uma ZPE, o mesmo só pode ser autorizado quando se verifique a ausência de solução alternativa e ocorram razões imperativas de interesse público, como tal reconhecidas mediante despacho conjunto do Ministro do Ambiente e do ministro competente em razão da matéria”.

Nota: sublinhado nosso.

Por outro lado, deve ter-se em conta o estipulado nos números 2 e 3 do artigo 6º da Directiva Habitats 92/43/CEE:

Artigo 6º

(...)

2 – Os Estados-membros tomarão as medidas adequadas para evitar, nas zonas especiais de conservação, a deterioração dos habitats naturais e dos habitats das espécies, bem como as perturbações que atinjam as espécies para as quais as zonas foram designadas, na medida em que essas perturbações possam vir a ter um efeito significativo, atendendo aos objectivos da presente directiva”.



FEUP

Parecer Técnico ao Estudo de Impacte Ambiental do
Aproveitamento Mini-Hídrico de Couce no Rio Ferreira

3 – Os planos ou projectos não directamente relacionados com a gestão do sítio e não necessários para essa gestão, mas susceptíveis de afectar esse sítio de forma significativa, individualmente ou em conjugação com outros planos e projectos, serão objecto de uma avaliação adequada das suas incidências sobre o sítio no que se refere aos objectivos de conservação do mesmo. Tendo em conta as conclusões da avaliação das incidências sobre o sítio e sem prejuízo do disposto no nº 4, as autoridades nacionais competentes só autorizarão esses planos depois de se terem assegurado que não afectarão a integridade do sítio em causa e de terem auscultado, se necessário, a opinião pública”.

Como é óbvio, não ocorrem quaisquer razões imperativas de interesse público que justifiquem a autorização para a construção do aproveitamento mini-hídrico, pelo que se considera totalmente justificada, com base no estabelecido na legislação em vigor, a opção pela reprovação do projecto, atendendo a que a sua eventual concretização terá certamente impactes muito negativos sobre habitats prioritários localizados no seu interior.

Porto, 30 de Novembro de 2005

Rui Boaventura
(Investigador Principal da FEUP)

Paulo Santos Monteiro
(Prof. Auxiliar da FEUP)



FACULDADE DE CIÊNCIAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Departamento de Botânica

Parecer relativo à construção da mini-hídrica da Azenha das Oliveiras (rio Ferreira, Valongo)

A Empresa DHV-TECNOPOR pretende construir uma Mini-hídrica para aproveitamento hidroeléctrico do rio Ferreira, na zona da Azenha das Oliveiras. A área de incidência do projecto situa-se dentro do Sítio da Rede *Natura 2000* “Valongo” (PTCON00024), que se caracteriza pela presença confirmada de 7 habitats naturais (4020*, 4030, 8220, 8230, 8310, 91E0* e 9230) do Anexo B-I do Decreto-Lei 140/90, dois dos quais prioritários, e de diversas espécies vegetais e animais do Anexo B-II do mesmo Decreto-Lei.

A partir dos elementos constantes do Estudo de Impacte Ambiental, e em complemento do conhecimento próprio que possuo da área, foi possível constatar que:

- a) A zona de intervenção situa-se dentro da área do Sítio da Rede *Natura 2000* “Valongo” (PTCON00024);
- b) A montante do açude projectado, o principal impacto previsto é a imersão parcial (com consequente destruição) da galeria ripícola (habitat prioritário 91E0* do Anexo B-I do Decreto-Lei 140/90);
- c) A juzante do açude perspectiva-se a alteração significativa do regime e dinâmica naturais do rio Ferreira, sendo provável a destruição da população de *Narcissus cyclamineus*, espécie listada no Anexo B-II do Decreto-Lei 140/90, cuja única população conhecida dentro da área do Sítio se situa entre o açude previsto e a central projectada.

Atendendo ao exposto, assim como ao investimento (do conhecimento público) que a Câmara Municipal de Valongo tem realizado para a protecção e desenvolvimento do Sítio da Rede *Natura 2000* “Valongo” como área idónea para a Conservação da Natureza e a realização de actividades de Educação Ambiental, considero que:

1. A obra, a realizar-se, terá um impacto permanente, directo, altamente provável e com elevada magnitude sobre o património botânico do vale do rio Ferreira;
2. Não se perspectivam medidas que possam minimizar os impactos negativos, tal como referido no Estudo de Impacto Ambiental;
3. A intervenção proposta não é compatível com os objectivos de Conservação da Natureza subjacentes à classificação da área como Sítio da Rede *Natura 2000*, pelo que sou da opinião que não deverá ser concretizada.

Porto, 13 de Dezembro de 2005.

Rubim Almeida da Silva
Prof. Auxiliar da FCUP



IA Instituto do Ambiente	
PRES. <input type="checkbox"/>	VPLG <input type="checkbox"/>
ASSESSORIA	
SACI <input checked="" type="checkbox"/> DAJA X	SDQA <input type="checkbox"/>
SADF <input type="checkbox"/>	SEPA <input type="checkbox"/>
SEPA <input type="checkbox"/>	SJUR <input type="checkbox"/>
SIFP <input type="checkbox"/>	GSTI <input type="checkbox"/>
SLRA <input type="checkbox"/>	
OUTROS:	

Ex^{mo} Sr. Presidente do
 Instituto da Ambiente
 Rua da Murgalheira, 9/9A
 Zambujal AP
 2611-865 Amadora

Data: 14 de Dezembro de 2005

Assunto: Parecer sobre o "Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras/Couce - Valongo"

Ex^{mo} Sr. Director,

No âmbito do processo de consulta pública ao Estudo de Impacte Ambiental do projecto de "Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras/Couce" em Valongo, enviamos o nosso parecer que agradecemos que seja anexado ao referido processo.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Claudia Soares

Sy. Celina Fidalgo
MS
19.12.2005

PARECER SOBRE O PROJECTO DE "APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO DAS AZENHAS DAS OLIVEIRAS/COUCE" EM VALONGO, NO ÂMBITO DA CONSULTA PÚBLICA AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL.

O projecto "Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras/Couce" situa-se no Sítio NATURA PTCON00024 – Valongo. Para a classificação desta área contribuiu a existência de habitats naturais incluídos no anexo I da Directiva "Habitats", como grutas, minas e fojos, bem como a ocorrência de espécies que constam no anexo II da Directiva "Habitats", como o bordalo (*Rutilus alburnoides*), o ruivaco (*R. macrolepidotus*) e a boga (*Chondrostoma polylepis*), e ainda o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), o morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*). Apesar de algumas destas espécies consideradas prioritárias para a conservação ocorrerem na zona de implantação do projecto de "Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras/Couce", a presença de um importante núcleo populacional de *Chioglossa lusitanica* nesta zona merece uma especial atenção. Com efeito, trata-se de uma espécie endémica do Noroeste da Península Ibérica, que possui um elevado interesse científico não só porque apresenta características morfofisiológicas únicas dentro da anfíbiofauna Ibérica, mas também pelo facto de pertencer a um género monoespecífico. Estas características aliadas às suas estreitas exigências ecológicas (habita em locais saturados em humidade, normalmente junto a ribeiros de águas límpidas, bem oxigenadas e com vegetação abundante nas margens), determinam a sua elevada vulnerabilidade a qualquer alteração do habitat, tendo recebido recentemente a proposta de estatuto de conservação de "Vulnerável" no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

Na área de implantação do projecto, a *Chioglossa lusitanica* encontra-se principalmente nas margens dos rios Simão e Ferreira e dos seus afluentes, e ainda em fojos e minas. Convém, aliás, destacar que o estudo destes núcleos populacionais tem merecido por parte da comunidade científica nacional e internacional estudos

aprofundados, nomeadamente ao nível ecológico e de biologia reprodutiva (Arntzen 1981, Faria *et al.* 1996, Lima 1995, 2001, Sequeira 1999, Sequeira *et al.* 2003, Teixeira *et al.* 1999). A este respeito, refira-se ainda que as minas e os fojos constituem mesmo os locais de reprodução da espécie de maior importância conhecidos actualmente.

De acordo com as especificações que constam no projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras/Couce, este a ser construído irá afectar negativamente a espécie *Chioglossa lusitanica*. De facto, os impactos negativos previstos no EIA coincidem com as ameaças identificadas nos trabalhos de conservação realizados na área, nomeadamente nos projectos Life-Natureza: "Conservação de quatro espécies raras no Sítio Natura 2000 – Valongo" (LIFE98/NAT/P/5234) e "Parque Paleozóico de Valongo" (LIFE95/P/A17/295/NOR). As áreas envolventes aos locais previstos para a construção do Açude, Circuito Hidráulico e, especialmente as áreas envolventes à Central e ao Estaleiro, constituem locais de ocorrência da espécie, podendo assim ser irremediavelmente afectados durante a fase de construção. Aliás, como referido no EIA, no ponto "5.5.1.2 - Identificação e caracterização de impactes", nomeadamente na "Fauna terrestre", é identificado como "bastante gravosa" a perda e alteração do habitat por movimentação dos terrenos e poluição com diversos resíduos de construção na área da Central e Estaleiro, num local identificado como prioritário para a conservação da espécie. Para além das áreas referidas anteriormente, algumas zonas ao longo dos acessos constituem também locais de ocorrência da espécie. Assim, o melhoramento do piso, o trânsito de veículos pesados e a alteração do escoamento de algumas linhas de água poderá provocar a mortalidade de indivíduos e a destruição e alteração destes habitats. Com efeito, estudos recentes na área permitiram verificar que, por exemplo, alguns dos caminhos construídos aquando da plantação de eucaliptos se revelaram especialmente negativos para a espécie, pois provocaram alteração do regime de caudal e as características da vegetação original dos cursos de água, impedindo o desenvolvimento larvar (fase em que a *Chioglossa lusitanica* é muito dependente de meios aquáticos com condições óptimas para o seu desenvolvimento) e fixação de juvenis e adultos.

Adicionalmente, a criação de um espelho de água devido ao alagamento de terrenos, as descargas de fundo previstas na fase de exploração e as variações sazonais do volume de água na albufeira, poderão alterar de forma muito negativa o habitat e dinâmica populacional de *Chioglossa lusitanica* na área. A este respeito, refira-se em particular as implicações ao nível da dispersão da espécie, processo no qual o Rio Ferreira e suas margens desempenham importante papel.

Em face do exposto, entendemos que as estruturas propostas no projecto em causa terão um forte impacto negativo e, possivelmente irreversível para *Chioglossa lusitanica* na área.

Por último, gostaríamos ainda de acrescentar que consideramos a implantação desta infra-estrutura contraproducente do ponto de vista social, uma vez que a autarquia - Câmara Municipal de Valongo - tem vindo a desenvolver nos últimos anos, em parceria com a Universidade do Porto e com financiamentos da União Europeia, esforços no sentido da conservação e recuperação dos habitats mais importantes, especialmente para *Chioglossa lusitanica*, bem como actividades regulares de educação ambiental com as escolas do concelho e áreas adjacentes (cujos trilhos interpretativos são precisamente na área em causa neste projecto). Os seus esforços, no sentido de alertar os jovens e a população local para a importância da conservação, recuperação e valorização ambiental do património natural existente na área, serão assim comprometidos se a proposta de construção de um aproveitamento hidroeléctrico for concretizada.

Vairão, 14 de Dezembro de 2005



(Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos – CIBIO/ICETA - Universidade do Porto)

Referências bibliográficas:

Arntzen, J.W., 1981. Ecological observations on *Chioglossa lusitanica*. *Amphibia-Reptilia* 1:187-203.

Faria, M.M., F. Sequeira, H. Gonçalves & C. Meneses, 1996. Hábitos reprodutivos de salamandra-lusitânica, *Chioglossa lusitanica*, em três minas de Valongo (Norte de Portugal). *IV Congresso Luso-Espanhol de Herpetologia*. Porto.

Lima, V., 1995. *Estudo comparativo de alguns aspectos da biologia de Chioglossa lusitanica em duas populações do noroeste de Portugal*. Tese de Mestrado. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. 121pp.

Lima, V., Arntzen, J.W. & Ferrand, N.M., 2000. Age structure and growth pattern in two populations of the golden-striped salamander *Chioglossa lusitanica* (Caudata, Salamandridae). *Amphibia-Reptilia* 22: 55-68.

Sequeira, F., 1999. *Alguns aspectos da biologia reprodutiva da salamandra-lusitânica (Chioglossa lusitanica) numa população do Norte de Portugal*. Tese de Mestrado. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Portugal. 71 pp.

Sequeira, F., Ferrand, N. & Crespo, E.G., 2003. Reproductive cycle of the golden-striped salamander *Chioglossa lusitanica* (Caudata, Salamandridae) in NW Portugal. *Amphibia-Reptilia* 24: 1-12.

Teixeira, J., F. Sequeira, J. Alexandrino & N. Ferrand, 1999. Bases para a conservação da salamandra-lusitânica, *Chioglossa lusitanica* (Bocage, 1864) em Portugal. *Estudos de Biologia e Conservação da Natureza* 22. ICN.



Quando não precisar mais deste documento reutilize a folha utilizando-a do outro lado. Quando já não puder reutilizar coloque-a no ecoponto.

Porto, 12 de Dezembro de 2005

Instituto do Ambiente
Rua da Murgueira, n.9/9A - Zambujal
Apartado 7585 - Alfragide
2721-865 AMADORA

Assunto: Parecer ao EIA “Aproveitamento Hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras”
Número Nacional de AIA: 1386

Exmos. Senhores

O projecto "Futuro Sustentável - Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto", promovido pela Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto - e a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa, tem como objectivo fundamental promover a participação pública e a articulação regional na definição de políticas de ambiente.

Este projecto pioneiro e único em Portugal, foi premiado pelo ICLEI - Governos Locais para a Sustentabilidade. O prémio “Urban Green Days 2005 ICLEI Case Study” elegeu o projecto português de entre 26 projectos a concurso oriundos de cidades europeias. A natureza inovadora do projecto, a ligação entre as autarquias envolvidas e, sobretudo, a participação das populações foram as principais razões que determinaram a escolha.

Foi recentemente terminado o Diagnóstico Ambiental Regional, que identificou a classificação como área protegida das Serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Boneca e Banjas como uma das principais prioridades ambientais do Grande Porto. Neste documento pode ler-se que “o Vale do Rio Ferreira, o troço do rio que se encontra entre as serras de Santa Justa e Pias, e as encostas sobranceiras, é prioritário ao nível da sua conservação”, sendo uma área integrante da Rede Natura.



CATÓLICA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
ESCOLA SUPERIOR DE BIOTECNOLOGIA

Escola Superior de Biotecnologia / Grupo de Estudos Ambientais
Rua Dr. António Bernardino de Almeida / 4200-072 Porto
Telefone: 22 558 00 32 / Fax: 22 509 03 51
Correio electrónico: contacto@futurosustentavel.org
<http://www.futurosustentavel.org>



Quando não precisar mais deste documento reutilize a folha utilizando-a do outro lado. Quando já não puder reutilizar coloque-a no ecoponto.

A sua implantação contraria directamente as orientações do amplo processo de participação pública realizado no âmbito deste projecto, que envolveu directamente mais de 4.000 cidadãos.

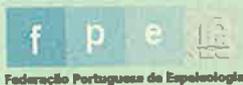
Subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos

Pedro Macedo
Coordenador do Futuro Sustentável
pamacedo@esb.ucp.pt



CATÓLICA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
ESCOLA SUPERIOR DE BIOTECNOLOGIA

Escola Superior de Biotecnologia / Grupo de Estudos Ambientais
Rua Dr. António Bernardino de Almeida / 4200-072 Porto
Telefone: 22 558 00 32 / Fax: 22 509 03 51
Correio electrónico: contacto@futuresustentavel.org
<http://www.futuresustentavel.org>

**ALTO RELEVO**
Clube de Montanhismo**Sede Social**
Rua Sousa Paupério, 108
4440-697 VALONGO**Sede**
Rua do Queilho,
Urbanização da Outrela, Bloco 3,
Sala da Associação - Susão
4440 VALONGOwww.altorelevo.orgE-mail: geral@altorelevo.orgAssociação sem fins lucrativos
fundada em 23 de Junho de 1998Número de Identificação de Pessoa
Colectiva com o n.º 504 606.255Associação Juvenil registada no RNAJ -
Registo Nacional de Associações
Juvenís em 1998 com o n.º 13 15 074Secções de Espeleologia e Topografia,
Escalada Desportiva, Bicicletas de
Todo Terreno, Património e Ambiente,
Montanha**Fillado nas Federações:**Federação das Associações Juvenís
do Distrito do PortoFederação de Canionismo e
Montanhismo de Portugal

I A Instituto do Ambiente			
PRES.	<input type="checkbox"/>	VPFS	<input type="checkbox"/>
		VPLG	<input type="checkbox"/>
ASSESSORIA:			
SACI	<input checked="" type="checkbox"/>	GDCA	<input type="checkbox"/>
SADF	<input type="checkbox"/>	GERA	<input type="checkbox"/>
SEPA	<input type="checkbox"/>	GIJR	<input type="checkbox"/>
SIPP	<input checked="" type="checkbox"/>	GSTI	<input type="checkbox"/>
SLRA	<input type="checkbox"/>		
OUTROS:			

Exmo. Sr.
Presidente do Instituto do Ambiente
 Rua da Murganheira, 9/9 A
 Zambujal
 Apart. 7585
 2611-865 Amadora

Data: 12-12-05

Assunto: Parecer sobre a construção da Mini-Hídrica no Rio Ferreira - Vale de Couce – Valongo

Exmo. Sr. Presidente,

O **ALTO RELEVO – Clube de Montanhismo** é uma associação sem fins lucrativos sediada em Valongo fundada a 23 de Junho de 1998 e tem como objectivo desenvolver actividades relacionadas com o Montanhismo, estudo e preservação do mundo subterrâneo, preservar e defender o Meio Ambiente, promover a Defesa do Património Natural, Histórico e Cultural.

A Direcção do **ALTO RELEVO – Clube de Montanhismo** vem por este meio enviar o seu parecer sobre o projecto de construção de uma mini-hídrica no Rio Ferreira, situado no Vale de Couce – Valongo.

Após uma leitura cuidada do projecto a nossa Associação verificou vários pontos verdadeiramente negativos e impróprios para uma área protegida da rede "Natura 2000" (sítio PTCO00024), os quais passamos a descrever:

- Como é do conhecimento, existem entre outras, quatro espécies protegidas no Sítio PTCO00024; a Culcita macrocarpa, Trichomanes speciosum, a Lycopodiella cernua e a Chioglossa lusitanica que serão a médio prazo prejudicadas pela construção desta mini-hídrica devido à brusca alteração do seu ecossistema.
- Esta construção vai acabar definitivamente com o já reduzido curso de água em toda a sua extensão durante todo o ano.
- A área do projecto engloba um percurso pedestre que não está mencionado e está devidamente definido sendo utilizado pela nossa Associação e por público em geral. Este trilho está marcado e foi criado pela Associação Terra Viva em cooperação com a Associação A.R.C.A. e com o apoio do Instituto Português da Juventude à cerca de dez anos.
- O uso de explosivos para a construção do túnel que terá cerca de 10mt de diâmetro, que irá ficar muito próximo da superfície o que irá provocar

*Dr. de...
 15/12/2005*



ALTO RELEVO

Clube de Montanhismo

Sede Social
Rua Sousa Paupério, 108
4440-697 VALONGO

Sede
Rua do Queilho,
Urbanização da Outrela, Bloco 3,
Sala da Associação - Susão
4440 VALONGO

www.altorelevo.org

E-mail: geral@altorelevo.org

Associação sem fins lucrativos
fundada em 23 de Junho de 1998

Número de Identificação de Pessoa
Colectiva com o n.º 504 606 255

Associação Juvenil registada no RNAJ -
Registo Nacional de Associações
Juvenis em 1998 com o n.º 13 15 074

Secções de Espeleologia e Topografia,
Escalada Desportiva, Bicicletas de
Todo Terreno, Património e Ambiente,
Montanha

Filiado nas Federações:



Federação das Associações Juvenis
do Distrito do Porto



Federação de Campismo e
Montanhismo de Portugal



Federação Portuguesa de Espeleologia

certamente aluimentos do túnel o que irá danificar a área à superfície e o respectivo ecossistema.

- O abate de árvores como sobreiros e carvalhos na área onde irá ficar situada as casas das máquinas perto da Ponte de Couce. Nas zonas circundantes ao leito do Rio Ferreira encontramos em número muitíssimo reduzido este tipo de árvores sendo uma destas áreas será completamente destruída e outra que, a médio prazo, poderá deixar de existir por falta de água.
- A existência de minas romanas na margem esquerda do Rio Ferreira. A área que abrange o projecto irá encontrar minas de exploração romana. A Serra de Santa Justa e Serra de Pias em Valongo são riquíssimas em vestígios romanos aquando a sua presença na Península Ibérica nos séc. II e séc. III. Para ter uma ideia existem cerca de três centenas de poços (alguns já obstruídos) na Serra de Santa Justa e Vale de Couce. Estas minas poderão estar obstruídas à superfície mas no subsolo existirão certamente galerias associadas a estes, facto este constatado pela nossa Associação que encontra passagens que à muito estavam tapadas e que deixaram de o estar. O que encontramos foram novas áreas, por vezes mais interessantes. A nossa Associação deslocou-se ao local de construção e encontrou poços de minas romanas e certamente haverá mais na área do projecto.
- Não será respeitado nem preservado o ecossistema aquático e a vida animal existente no Rio Ferreira. Para além do caudal do rio ficar completamente reduzido a nada, não haverá preocupações com a vida animal e vegetal que dele subsiste e que dele necessita.
- A criação de um "paredão" com 3,5 mt de altura a montante do rio na zona da albufeira e a construção de edifícios para as casas onde ficarão instaladas as turbinas e restantes equipamentos industriais irão criar um péssimo efeito visual em toda a área envolvente.
- O ruído provocado pelas máquinas na zona de descarga e pela própria água irá ser certamente perturbante para todos os que poderão usufruir a zona.
- A criação de novos caminhos para a passagem de máquinas e camiões irão destruir parte da paisagem existente.
- O habitantes da Aldeia de Couce, aldeia esta que é a última aldeia auto-subsistente na Área Metropolitana do Porto irá ficar sem recurso da água do Rio Ferreira. Esta água é usada pelos habitantes da Aldeia para a rega dos seus campos de cultivo e para a criação de gado.
- A subida do nível da água a montante do "paredão" irá fazer com que os únicos moinhos de moagem de milho em funcionamento (que são particulares), fiquem impossibilitados de continuar a fazê-lo, embora estes moinhos não sejam de produção industrial mas sim por mera tradição. Nestes moinhos realizam-se esporadicamente visitas com fins pedagógicos a pessoas individuais e a grupos para que possam ver todo o processo da moagem do milho e de outros cereais, visitas estas que acabarão.
- Irão desaparecer zonas importantes em toda a extensão do Rio Ferreira. A montante da albufeira ficarão inundadas parte de vias de escalada ali existentes que são usadas pela nossa Associação e por muitas outras entidades, áreas que serviam de zonas para piquenique e convívio, trilhos de pé-posto na margem esquerda do Rio Ferreira, ou seja, na Serra de Pias que segue paralelo ao Rio e que deixarão de existir porque ficarão submersas. A jusante as zonas que agora têm o seu encanto deixarão de o ter.



ALTO RELEVO

Clube de Montanhismo

Sede Social
Rua Sousa Paupério, 108
4440-697 VALONGO

Sede
Rua do Queilho,
Urbanização da Outrela, Bloco 3,
Sala da Associação - Susão
4440 VALONGO

www.altorelevo.org

E-mail: geral@altorelevo.org

Associação sem fins lucrativos
fundada em 23 de Junho de 1998

Número de Identificação de Pessoa
Colectiva com o n.º 504 606 255

Associação Juvenil registada no RNAJ -
Registo Nacional de Associações
Juvenis em 1998 com o n.º 13 15 074

Secções de Espeleologia e Topografia,
Escalada Desportiva, Bicicletas de
Todo Terreno, Património e Ambiente,
Montanha

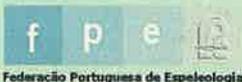
Filado nas Federações:



Federação das Associações Juvenis
do Distrito do Porto



Federação de Canionismo e
Montanhismo de Portugal



Federação Portuguesa de Espeleologia

- Ficará impossibilitada a prática de desportos que ocasionalmente se realizam no Rio Ferreira como por exemplo a canoagem e o rafting.
- Por ser uma das últimas zonas verdes desta dimensão na área do Porto, é visitada por inúmeras pessoas da cidade e das periferias. Esta zona é conhecida como o "Pulmão do Grande Porto" e a paisagem será certamente comprometida se for aprovado este projecto da mini-hídrica e sem quaisquer benefícios directos para as pessoas da localidade.

São por estas razões que o **ALTO RELEVO – Clube de Montanhismo** é contra a construção da mini-hídrica no Rio Ferreira – Valongo e que certamente servirão de alguma forma para decisão final.

Em anexo enviamos algumas fotografias de zonas que este projecto irá abranger.

Sem mais de momento, despedimo-nos com elevada consideração,

Atentamente,

O Presidente da Direcção

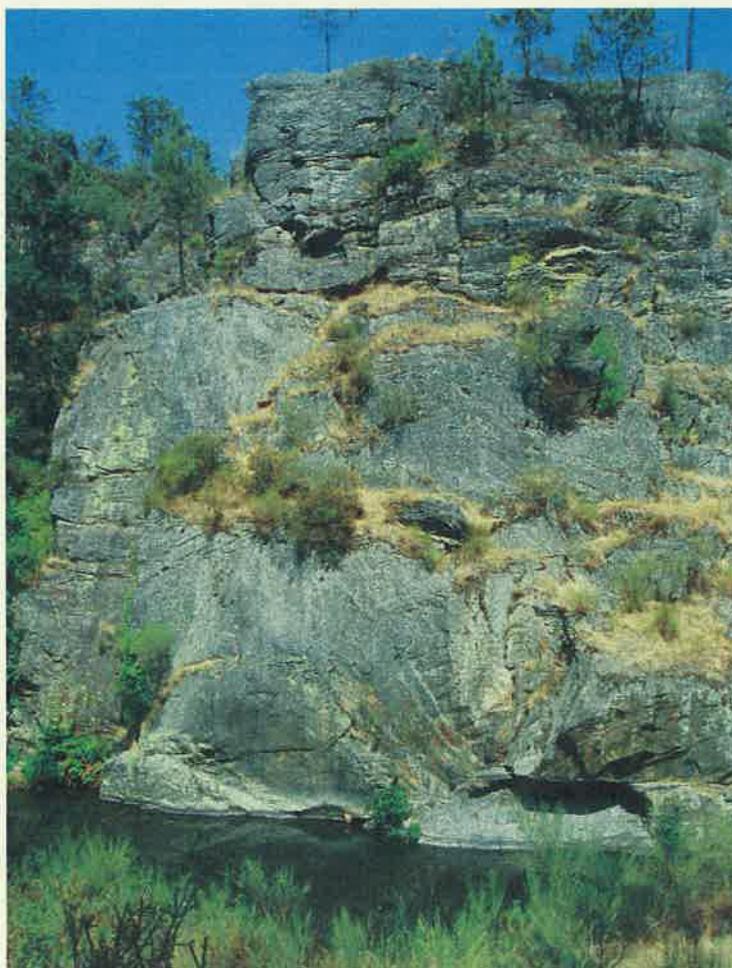
José Augusto Monteiro

ANEXO: 4 folhas com fotografias



Prática de canoagem

Foto de Vítor Gandra - ARCM



Algumas vias de escalada

Foto de Manuel Assunção - ARCM



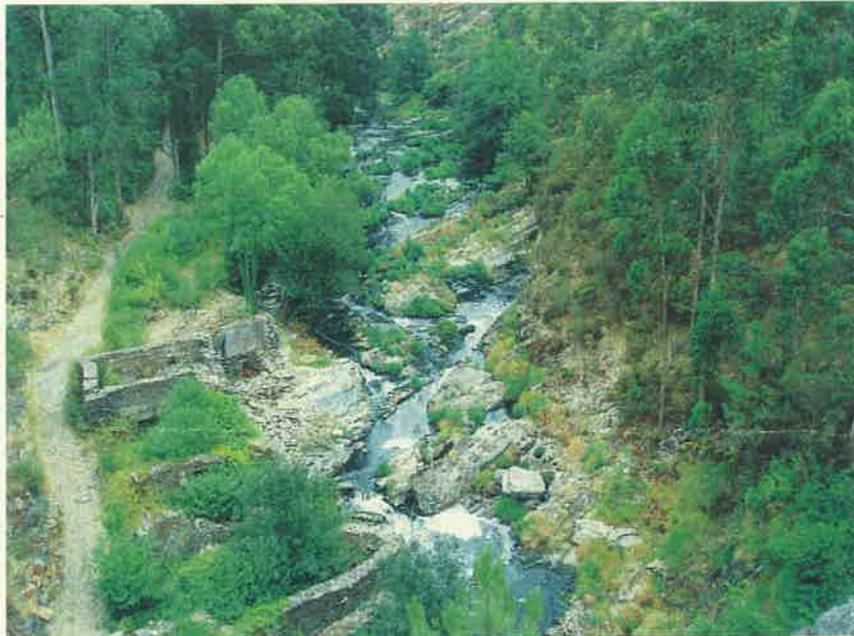
Vista de um poço romano na zona da albufeira

Foto de Manuel Assunção - ARCM



Vista da zona de carvalhos e sobreiros

Foto de Augusto Montelro - ARCM



Vista do rio a montante da albufeira

Foto de Manuel Assunção - ARCM



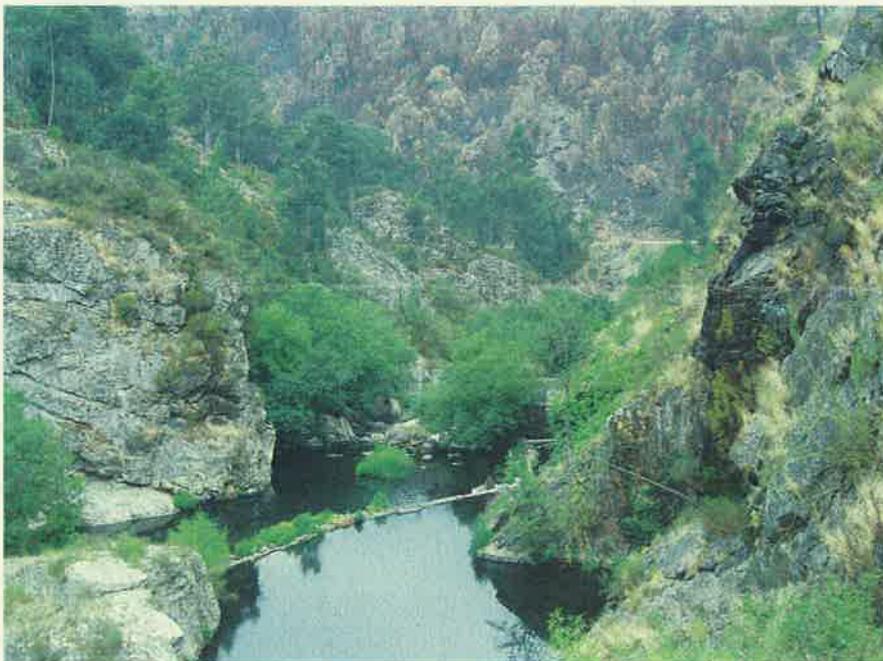
Corredor de escombros

Foto de Augusto Monteiro - ARCM



Vista da zona que será a albufeira

Foto de Manuel Assunção - ARCM



Vista da zona que será a albufeira com os moinhos activos

Foto de Manuel Assunção - ARCM

IA Instituto do Ambiente	
PRES. <input type="checkbox"/>	V.F.F.S. <input type="checkbox"/> V.P.L.G. <input type="checkbox"/>
ASSESSORIA:	
SACI <input checked="" type="checkbox"/>	ODDA <input type="checkbox"/>
SADF <input type="checkbox"/>	OSRA <input type="checkbox"/>
SEPA <input type="checkbox"/>	OSUR <input type="checkbox"/>
SIPP <input type="checkbox"/>	OSRI <input type="checkbox"/>
SLRA <input type="checkbox"/>	
OUTROS:	

**Projecto do aproveitamento hidroeléctrico das Azenhas das Oliveiras - Rio Ferreira
Sociedade Hidroeléctrica de Riba d'Ave**

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL PARECER
Teresa Andresen Professora Associada FCUP

Pretende a Sociedade Hidroeléctrica de Riba d'Ave construir um aproveitamento hidroeléctrico no Rio Ferreira com o fim de produção de energia eléctrica, em regime de exploração a fio-de-água, estimando-se a produção de 7,8GWh/ano. Enquadra-se este aproveitamento nas orientações nacionais em matéria da política de produção energética, nomeadamente no que diz respeito às metas para as energias renováveis.

O Rio Ferreira tem uma secular tradição de utilização da sua força motriz, aliás testemunhada pela presença de um vasto património de azenhas e pequenos açudes. Não surpreende assim a apetência por este local para projectos desta natureza. Porém, somos de opinião que o estudo de impacte ambiental é redutor ao apenas identificar este sítio com o facto de fazer parte da Rede Natura 2000 – o que aliás só por si já é um aspecto de relevância significativa para a sensibilidade do local, em particular das suas linhas de água. Efectivamente a serra de Valongo é uma parte integrante de um projecto de longa data de criação de um parque metropolitano.

Entre 1973 e 1975, foi elaborado o Plano da Região do Porto, por uma equipe multidisciplinar coordenada por Johnson-Marshall e Manuel da Costa Lobo. Uma das temáticas desenvolvidas é a dos recursos naturais, da qualidade ambiental e do lazer e turismo e apresenta a proposta de um parque regional. Este Plano foi precedido pelo Antepiano Regional do Porto de Antão de Almeida Garrett, de 1946, onde se consagrou o conceito da cidade-região e a que se seguiu o Plano Regulador da Cidade do Porto, de 1952. Este plano englobava uma visão alargada sobre o território, procurando definir questões fundamentais como as comunicações, a organização da cidade, o seu equipamento, os espaços livres e a regulamentação. Dentro da cidade foram previstas três cinturas verdes às quais se *"deveria juntar um sistema suburbano de parques de fins-de-semana, e um outro que poderá distanciar-se mais e que deverá ser constituído pelas chamadas reservas regionais e as grandes reservas nacionais. ... Nos arrabaldes rústicos do Porto, nas margens dos rios, nos pinhais junto ao mar, ou nos cabeços arborizados das serras, tem a população belíssimos locais para passear, repousar e tomar excelente ar. Julgamos poder definir assim este dispositivo verde exterior: Parques suburbanos: Mindelo, Ponte da*

att

*Teresa Andresen Fidalgo
27.12.2015*

Pedra, Monte Castro, Monte da Virgem, Marginal do Douro; Reservas regionais: Serra de Valongo, Crestuma, Matinha e Grandes reservas nacionais: Marão, Gerês, Leiria. (A. De Almeida Garrett, 1952).

Podemos dizer assim que a ideia do parque regional tem mais de meio século. Naturalmente que sabemos que projectos desta natureza requerem longos períodos de maturação até porque se tratam de áreas territoriais vastas na sua quase totalidade propriedade privada e exigentes em capacidade de articulação de vontades, parecerias e investimento. Acontece que a Câmara Municipal de Valongo tem vindo a encabeçar este projecto tendo, nos últimos anos, dado passos significativos no sentido da concretização do Parque das Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal (assim referido depois do Plano de Johnson-Marshall e Costa Lobo), dentro da área do seu concelho se bem que ele abranja também os municípios de Gondomar e Paredes.

Ou seja, começa a ganhar forma este programa para esta área que se pretende ver classificada como área de interesse regional a integrar a Rede Nacional de Áreas Protegidas, um processo que aguarda decisão e se encontra já informado. Ora o estudo é manifestamente omisso quanto a esta perspectiva, retingindo-se à consulta do PDM, o instrumento de ordenamento do território de facto com eficácia pois a AMP ou o Grande Porto nunca foram alvo até à data de um Plano regional de ordenamento do território.

Recentemente, coordenamos um estudo para a CCDRNorte relativa à elaboração de uma proposta de estrutura ecológica fundamental, onde novamente se evidencia a importância desta área de serras de expressão intermunicipal.

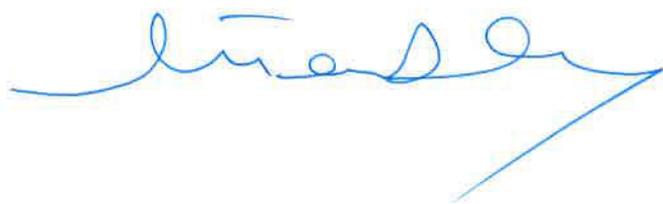
Consideramos assim que o EIA deveria contemplar esta missão da área em estudo enquanto parque metropolitano. Desde já afirmamos, o nosso reconhecimento que uma mini-hídrica não é, por definição, incompatível com o programa de um parque metropolitano.

O projecto consta de várias infra-estruturas: açude, tomada de água, circuito hidráulico, câmara de carga, central assim como de uma albufeira (0,27ha) e uma ligação à rede eléctrica numa extensão de 855m. O açude é apresentado como uma estrutura com 3 m de altura e uma extensão do coroamento de 37m. Dada a valia patrimonial do sítio – quer sob o ponto de vista do património construído quer do natural – o açude e as construções deveriam apresentar cenários de integração no património – não parece suficiente a plantação de vegetação e a minimização de impactos mediante o 'revestimento com materiais característicos da região'. E porquê uma opção pelo mimetismo?

Aliás parece-nos que a componente paisagem não está devidamente tratada, sendo que o texto é manifestamente omisso na apresentação de definições de conceitos. No âmbito de um EIA é difícil condenar que a paisagem seja apenas considerada na vertente da dimensão do visual e da visibilidade e não na sua dimensão sistémica, pois esta tem sido a prática/o entendimento dominantes no âmbito do processo AIA. No entanto, dada a natureza do sítio, parece-nos que a definição do carácter da paisagem seria o ponto de partida sendo que o recurso praticamente exclusivo ao uso do solo é novamente imitante de uma correcta avaliação. E neste âmbito, também, poderia ser contemplada a integração do sítio e do projecto na implementação de um parque metropolitano.

Pelas razões invocadas, consideramos que o EIA deveria merecer um parecer negativo, sendo que, naturalmente, neste parecer não há cabimento para uma apreciação alargada ou integrada da totalidade das variáveis que carecem de parecer de especialidade. Efectivamente valorizou-se a componente paisagem, património construído e o ordenamento do território.

Porto 15 de Dezembro de 2005

A handwritten signature in blue ink, consisting of a series of connected loops and a long horizontal stroke that ends in a sharp diagonal point.